

# SUMÁRIO

<b>PALAVRAS PRÉVIAS (APRESENTAÇÃO DA 10ª EDIÇÃO).....</b>	<b>21</b>
<b>PREFÁCIO.....</b>	<b>27</b>
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>25</b>

## Capítulo I

<b>INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL .....</b>	<b>29</b>
1. Noções Conceituais sobre o Direito.....	29
2. Acepções da Palavra Direito .....	32
2.1. Noções gerais.....	32
2.2. Direito objetivo e direito subjetivo .....	32
2.3. Direito potestativo.....	35
2.4. Direito positivo e direito consuetudinário.....	37
2.5. Direito natural .....	38
3. Instrumentos de Controle Social .....	39
4. Divisão do Direito .....	40
5. O Problema da Unificação do Direito Privado e a Codificação no Direito Civil Brasileiro .....	44
6. O Código Civil de 2002 e os seus Paradigmas (Os valores da Codificação Brasileira) .....	49
6.1. Os paradigmas (ou diretrizes) do Código Civil de 2002.....	49
6.2. A socialidade.....	50
6.3. A eticidade .....	53
6.4. A operabilidade ou concretude.....	57
7. Conceito (Constitucionalizado) de Direito Civil e a sua Sistematização.....	58
8. O Direito Civil Constitucional (a Constitucionalização do Direito Civil).....	62
9. A Aplicação dos Direitos Fundamentais (Constitucionais) nas Relações Privadas (Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais) .....	72
10. A Aplicação dos Tratados e Convenções Internacionais no Âmbito das Relações de Direito Civil (Eficácia Supralegal das Convenções Internacionais).....	76
11. A Eficácia dos Direitos Sociais nas Relações Privadas .....	80
12. O Diálogo das Fontes como Mecanismo de Aplicação das Normas de Direito Privado .....	82
13. A Técnica de Ponderação de Interesses e a sua Importância para o Direito Civil Contemporâneo.....	85
14. Princípios do Direito Civil e as suas Tendências Contemporâneas .....	89
15. Referências.....	96

**Capítulo II****A LEI DE INTRODUÇÃO**

<b>ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO .....</b>	<b>101</b>
1. Noções Gerais .....	101
2. As Fontes do direito .....	104
2.1. Considerações introdutórias .....	104
2.2. Fontes materiais, formais e não-formais .....	104
2.3. Fontes imediatas e mediatas .....	106
3. Interpretação das Normas .....	109
4. Integração das Normas .....	114
5. Vigência das Normas .....	124
6. A Obrigatoriedade das Normas .....	131
7. A Eficácia das Leis no Tempo .....	133
8. Eficácia das Leis no Espaço .....	142
8.1. A aplicação da lei estrangeira e o princípio da territorialidade mitigada .....	142
8.2. O respeito à ordem pública como filtro para a admissão da lei estrangeira no território nacional .....	145
8.3. A aplicação da sentença ou laudo arbitral estrangeiro e o <i>exequatur</i> do Superior Tribunal de Justiça .....	146
8.4. Prova dos fatos ocorridos no exterior .....	151
8.5. O Direito das Famílias e a sua aplicação no espaço (Direito Internacional das Famílias) .....	152
9. Referências .....	155

**Capítulo III****A PERSONALIDADE JURÍDICA**

<b>E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE .....</b>	<b>159</b>
1. A Dignidade da Pessoa Humana como Valor Fundamental do Ordenamento Jurídico Brasileiro .....	159
2. A Pessoa .....	165
2.1. Generalidades .....	165
2.2. Espécies de pessoas .....	166
3. A Personalidade Jurídica .....	167
4. Os Direitos da Personalidade .....	170
4.1. Breve esboço histórico .....	170
4.2. Noções conceituais: das velhas definições ao dogma fundamental do Direito Civil-Constitucional .....	172
4.3. Fontes .....	174
4.4. Características .....	177
4.5. As liberdades públicas e os direitos da personalidade .....	181
4.6. A possibilidade de colisão entre os direitos da personalidade e a <i>liberdade de imprensa</i> ou a <i>liberdade de expressão</i> e o critério de solução adequado (inadmissibilidade do <i>hate speech</i> ) .....	182

## SUMÁRIO

4.7. A proteção dos direitos da personalidade e a insuficiência dos argumentos clássicos: a tutela avançada (preventiva e repressiva) dos direitos da personalidade .....	187
4.8. A proteção da personalidade da pessoa morta e os lesados indiretos .....	198
4.9. Classificação dos direitos da personalidade .....	200
4.9.1. Noções gerais .....	200
4.9.2. Cláusula geral de proteção da personalidade: o direito à vida (digna) como pressuposto dos direitos da personalidade .....	202
4.9.3. Direito à integridade física .....	204
4.9.4. Direito à integridade psíquica (moral).....	233
4.9.5. Direito à integridade intelectual .....	256
5. O Nome Civil .....	274
5.1. Noções conceituais e características .....	274
5.2. Elementos componentes do nome civil.....	276
5.3. O princípio da inalterabilidade relativa e as hipóteses de alteração do nome civil .....	278
5.4. Hipóteses controvertidas de mudança do nome civil.....	284
5.5. O nome comercial .....	288
5.5. A tutela jurídica do nome civil.....	289
6. Referências .....	290

**Capítulo IV**

<b>A PESSOA NATURAL</b> .....	297
1. Noções Conceituais sobre a Pessoa Natural .....	297
2. O Início da Pessoa Natural .....	300
3. O Tratamento Jurídico do Nascituro .....	301
4. Possibilidade de responsabilidade civil da gestante por condutas prejudiciais ao nascituro durante a gravidez? .....	310
5. O Tratamento Jurídico do Embrião Laboratorial ( <i>in vitro</i> ) .....	311
6. A Capacidade Civil: A Capacidade de Fato (ou de Exercício), a Capacidade de Direito (ou de Gozo) e a Teoria das Incapacidades .....	314
6.1. Noções gerais sobre a capacidade jurídica.....	314
6.2. A distinção entre a capacidade jurídica e a legitimação .....	315
6.3. A capacidade de direito e a capacidade de fato.....	315
6.4. A teoria das incapacidades .....	317
6.5. O reconhecimento das incapacidades e a ação de interdição (curatela dos interditos).....	329
6.5.1. As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a interdição em visão civil-constitucional).....	329
6.5.2. A ação de interdição (curatela dos interditos) .....	333
6.5.3. A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de interdição .....	343
6.6. Crítica ao sistema de incapacidades do Código Civil .....	344
7. A Cessação da Incapacidade e a Emancipação .....	345

8. O Estado Civil da Pessoa Natural .....	351
9. A Extinção da Pessoa Natural: A Morte .....	353
9.1. Noções gerais .....	353
9.2. A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro .....	356
9.3. A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência) .....	357
9.4. O direito à morte digna e a questão da eutanásia .....	359
9.5. A comoriência .....	364
9.6. A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial .....	367
10. Domicílio da Pessoa Natural (Foro).....	375
11. Referências .....	380

## Capítulo V

<b>A PESSOA JURÍDICA</b> .....	385
1. Noções Preliminares: Do Reconhecimento da Personalidade Jurídica a Agrupamentos Humanos à Função Social da Empresa (a Pessoa Jurídica na Visão Civil-Constitucional) .....	385
2. Escorço Histórico .....	391
3. Conceito e Elementos Caracterizadores .....	391
4. Características .....	394
5. Natureza Jurídica .....	395
6. Classificação .....	397
6.1. Quanto à nacionalidade .....	397
6.2. Quanto à estrutura interna .....	397
6.3. Quanto às funções exercidas .....	412
7. Começo da Existência da Pessoa Jurídica .....	415
8. Grupos Despersonalizados (ou Entes Despersonalizados) .....	418
9. Capacidade e Direitos da Personalidade da Pessoa Jurídica .....	421
10. Domicílio .....	425
11. Responsabilidade Civil e Penal da Pessoa Jurídica .....	427
11.1. Noções gerais e teoria da aparência .....	427
11.2. Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito público .....	429
11.3. Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado .....	440
11.4. Responsabilidade penal da pessoa jurídica .....	442
12. Modificação da Pessoa Jurídica .....	443
13. Extinção da Pessoa Jurídica .....	444
14. Desconsideração da Personalidade Jurídica ( <i>Disregard Doctrine</i> ) .....	447
14.1. Noções conceituais e fundamento .....	447
14.2. Breve referência histórica .....	450
14.3. Noções conceituais .....	452
14.4. As teorias maior e menor da desconsideração da personalidade jurídica .....	453
14.5. Requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica .....	456
14.6. A desconsideração da personalidade jurídica no Direito brasileiro .....	459

## SUMÁRIO

14.7. Desconsideração inversa.....	462
14.8. O caráter episódico do <i>disregard doctrine</i> .....	463
14.9. A desconsideração e as <i>offshore companies</i> .....	464
14.10. Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica.....	465
14.11. Desconsideração da personalidade jurídica e os atos <i>ultra vires</i> .....	468
14.12. A desconsideração expansiva da personalidade jurídica.....	469
14.13. Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no Direito das Famílias.....	469
14.14. Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no Direito das Sucessões.....	471
14.15. Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no âmbito do Direito do Trabalho.....	472
14.16. Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no âmbito da Administração Pública.....	475
14.17. Desconsideração e a declaração de indisponibilidade de bens na liquidação extrajudicial de instituições financeiras.....	476
14.18. Subcapitalização e desconsideração da personalidade jurídica.....	477
14.19. Desconsideração indireta da personalidade jurídica.....	478
15. Referências.....	479

**Capítulo VI**

<b>OS BENS JURÍDICOS.....</b>	<b>485</b>
1. Considerações Gerais: O Objeto das Relações Jurídicas.....	485
2. Bem e Coisa: Divergências e Aproximações.....	490
3. Patrimônio Jurídico.....	492
4. Teoria do Patrimônio Mínimo da Pessoa Humana.....	495
5. Classificação.....	498
5.1. Generalidades.....	498
5.2. Bens corpóreos e incorpóreos.....	500
5.3. Bens móveis e imóveis.....	500
5.4. Bens fungíveis e infungíveis.....	505
5.5. Bens consumíveis e inconsumíveis.....	506
5.6. Bens divisíveis e indivisíveis.....	507
5.7. Bens singulares e coletivos.....	509
5.8. Bens principais e acessórios.....	510
5.9. Bens públicos e privados.....	518
5.10. Bens no comércio e fora do comércio.....	521
6. O Bem de Família.....	524
6.1. O bem de família consubstanciando a teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito ao mínimo existencial).....	524
6.2. O bem de família no direito brasileiro.....	525
6.2.1. A dualidade de regimes.....	525
6.2.2. O valor família.....	527
6.2.3. Natureza jurídica do bem de família.....	529
6.3. O bem de família convencional.....	529
6.3.1. Noções conceituais.....	529
6.3.2. Extensão da proteção.....	530

6.3.3.	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário.....	532
6.3.4.	Legitimação para a instituição do bem de família convencional.....	532
6.3.5.	Duração.....	533
6.3.6.	A questão da solvência do instituidor.....	533
6.3.7.	O Ministério Público e o bem de família.....	534
6.4.	O bem de família legal .....	535
6.4.1.	Noções conceituais e a proteção do bem de menor valor.....	535
6.4.2.	Alargamento do objeto.....	536
6.4.3.	Constitucionalidade do regime legal do bem de família .....	541
6.4.4.	Característica do bem de família legal .....	542
6.4.5.	A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor.....	542
6.4.6.	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal .....	547
6.4.7.	Retroatividade.....	553
6.4.8.	Ampla compreensão do núcleo familiar e a (des)necessidade de fixação de residência efetiva .....	553
6.4.9.	Alegação no processo .....	555
6.5.	Redefinindo o bem de família legal: o bem da pessoa humana como expressão de seu patrimônio mínimo (o bem de família da pessoa sozinha).....	557
7.	Referências.....	560

## Capítulo VII

<b>TEORIA GERAL DOS FATOS JURÍDICOS .....</b>	<b>565</b>
1. Considerações Preliminares .....	565
2. Distinção entre Fato Jurídico e Fato Material (Ajurídico) e a Lógica do Mundo Jurídico.....	567
3. Definição do Fato Jurídico .....	568
4. Classificação dos Fatos Jurídicos .....	570
5. Os Diferentes Planos do Mundo Jurídico.....	572
6. Consequências dos Fatos Jurídicos .....	574
6.1. Generalidades.....	574
6.2. Aquisição de direitos.....	574
6.3. Modificação dos direitos .....	575
6.4. Defesa dos direitos.....	576
6.5. Extinção dos direitos.....	577
7. Fato Jurídico em Sentido Estrito .....	577
8. Ato-Fato Jurídico .....	579
9. Ato Jurídico.....	580
10. Negócio Jurídico .....	584

## SUMÁRIO

10.1. Noções gerais .....	584
10.2. Definição .....	585
10.3. Características e breve esboço evolutivo .....	586
10.4. Classificação .....	589
10.5. Regras de interpretação .....	593
10.6. Diferentes planos (dimensões) do negócio jurídico .....	597
10.7. Plano da existência e seus pressupostos (elementos de existência).....	598
10.8. Plano da validade e seus requisitos: a invalidade (nulidade a anulabilidade) do negócio jurídico.....	600
10.8.1. Considerações gerais sobre o plano da validade .....	600
10.8.2. Os requisitos da validade.....	600
10.8.3. A representação no negócio jurídico .....	602
10.8.5. Conversão substancial do negócio jurídico .....	616
10.8.6. A simulação .....	620
10.9. Plano da eficácia e seus fatores .....	624
10.9.1. Generalidades .....	624
10.9.2. Condição .....	625
10.9.3. Termo.....	627
10.9.4. Modo ou encargo .....	629
10.10. Defeitos do negócio jurídico.....	630
10.10.1. Generalidades.....	630
10.10.2. Erro ou ignorância .....	631
10.10.3. Dolo .....	635
10.10.4. Coação .....	638
10.10.5. Lesão .....	641
10.10.6. Estado de perigo .....	647
10.10.7. Fraude contra credores ou Fraude Pauliana.....	650
10.11. O negócio jurídico e a proteção do terceiro de boa-fé.....	663
11. O Fato Ilícito .....	664
11.1. Advertência prévia.....	664
11.2. Noções conceituais.....	666
11.3. Efeitos jurídicos decorrentes da ilicitude.....	668
11.4. Tutela preventiva e tutela reparatória da ilicitude.....	669
11.5. Excludentes de ilicitude .....	671
12. O Abuso do Direito .....	673
12.1. Noções introdutórias e referências históricas .....	673
12.2. O abuso de direito na ordem civil-constitucional e a sua íntima relação com a boa-fé objetiva .....	676
12.3. Reconhecimento e efeitos do abuso de direito.....	680
12.4. O abuso de direito e o Código Civil (art. 187).....	680
12.5. Modalidades específicas de atos abusivos (figuras parcelares do abuso do direito).....	685
12.5.1. Generalidades .....	685

12.5.2. A proibição de comportamento contraditório ( <i>venire contra factum proprium</i> ) .....	686
12.5.3. A <i>supressio</i> ( <i>Verwirkung</i> ) e a <i>surrectio</i> ( <i>Erwirkung</i> ).....	691
12.5.4. O <i>tu quoque</i> .....	695
12.5.5. O <i>duty to mitigate the loss</i> (o dever do credor de mitigar as próprias perdas).....	698
12.5.6. O <i>substantial performance</i> (a tese do inadimplemento mínimo ou adimplemento substancial).....	700
12.5.7. A violação positiva de contrato (tese do adimplemento fraco ou ruim).....	702
12.6. O abuso de direito em concreto (aplicação prática).....	707
13. Referências.....	710

## Capítulo VIII

<b>PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA</b> .....	717
1. Generalidades.....	717
2. A Prescrição .....	720
2.1. Noções conceituais.....	720
2.2. Natureza da prescrição e a possibilidade de renúncia.....	723
2.3. A questão da <i>actio nata</i> e o início da contagem dos prazos prescricionais .....	726
2.4. As causas suspensivas e impeditivas da prescrição .....	727
2.5. As causas interruptivas da prescrição .....	730
2.6. Alegação de prescrição .....	734
2.7. Prescrição, pretensão, ação e exceção.....	739
2.8. Prescrição intercorrente .....	741
2.9. Prazos prescricionais.....	743
2.10. Prescrição em matéria tributária .....	745
2.11. A prescrição em sede de Direito Administrativo .....	746
2.12. A prescrição na tutela jurisdicional coletiva (ação civil pública, ação popular e ação de improbidade administrativa).....	748
3. A Decadência .....	751
3.1. Noções gerais.....	751
3.2. Espécies de decadência .....	753
3.3. Alegação da decadência.....	754
4. Distinção entre Prescrição e Decadência .....	755
5. Prescrição e Decadência e o Direito Intertemporal.....	760
6. Alguns Prazos de Prescrição e de Decadência.....	762
7. Referências.....	765

## Capítulo IX

<b>A PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO (A PROVA CIVIL E AS SUAS DIMENSÕES)</b> .....	769
1. Escorço Histórico e Importância.....	769

2. Noções Conceituais.....	771
3. Prova e Verdade: Reminiscências Imprescindíveis.....	773
4. Direito Constitucional à Prova Civil.....	776
5. Natureza Jurídica das Leis Referentes à Prova: A Combinação das Regras do Código Civil com o Código de Processo Civil.....	777
6. O Objeto da Prova.....	779
7. O Ônus da Prova.....	782
7.1. Generalidades e a Teoria da Carga Probatória Dinâmica.....	782
7.2. O ônus da prova como regra de julgamento.....	783
7.3. O ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor.....	784
8. A Admissibilidade da Prova Emprestada.....	788
9. O Juiz e a Atividade Probatória (os Poderes do Juiz na Produção de Provas).....	789
10. A Prova do Direito Estrangeiro Quando Admitida a sua Aplicação.....	792
11. A Questão da Prova Ilícita à Luz da Técnica de Ponderação dos Valores Constitucionais.....	794
12. Licitude da Gravação de Conversa por um dos Interlocutores.....	798
13. A Interceptação Telefônica e a sua Excepcional Admissibilidade em Sede Civil.....	799
14. Possibilidade de Requisição de Documentos e Informações Resguardadas por Sigilo Legal à Receita Federal, ao Banco Central do Brasil e às Instituições Bancárias.....	801
15. A Revelia e a Prova.....	803
16. A Confissão.....	804
16.1. Generalidades.....	804
16.2. Natureza jurídica (a confissão como um ato jurídico em sentido estrito: sepultando a polêmica sobre o assunto).....	805
16.3. A anulabilidade da confissão.....	806
16.4. A confissão realizada por quem não pode dispor dos direitos relacionados aos fatos confessados.....	807
16.5. A possibilidade de confissão pelo representante da parte.....	807
16.6. Não vinculação do magistrado à confissão.....	808
17. Prova Documental.....	809
17.1. Generalidades e uma nova concepção de prova documental, admitidos os documentos eletrônicos.....	809
17.2. Documento público.....	812
17.3. O documento particular.....	813
17.4. O telegrama e sua força probatória.....	816
17.5. Prova através de cópia fotográfica de documento e necessidade de autenticação oficial.....	817
17.6. Cópias produzidas através de fac-símile (fax) ou qualquer meio semelhante.....	818
17.7. Ausência do título de crédito ou do documento original e impossibilidade de suprimento de prova.....	819

17.8. Uso obrigatório do vernáculo nos documentos e as regras do Mercosul .....	820
17.9. Prova documental através de reproduções fotográficas, cinematográficas, registros fonográficos e reproduções mecânicas e a admissibilidade de fotografias digitais.....	822
17.10. Admissibilidade do documento eletrônico como prova documental ....	824
17.11. Livros e fichas dos empresários e empresas .....	824
18. Prova Pericial .....	825
18.1. Generalidades.....	825
18.2. Possibilidade de recusa à perícia médica .....	827
18.3. Perícia médica necessária e a não aproveitabilidade da recusa em submeter-se à perícia .....	829
18.4. Inaplicabilidade da regra legal a casos específicos de justificada recusa ao exame médico (homenagem ao princípio da proporcionalidade) .....	830
18.5. A presunção judicial gerada pela recusa e a inutilidade do art. 232 do Código Civil.....	832
19. Prova Testemunhal .....	834
19.1. Noções gerais .....	834
19.2. Admissibilidade da prova testemunhal .....	836
19.3. O direito ao silêncio da testemunha e das próprias partes .....	839
19.4. A produção de prova testemunhal por meios eletrônicos .....	839
19.5. Depoimento de uma única testemunha como meio de prova .....	840
19.6. Condições de admissibilidade das testemunhas.....	840
19.7. A possibilidade de escusa legítima do dever de prestar testemunho .....	847
20. Referências .....	854

**Cristiano Chaves de Farias**  
**Nelson Rosenvald**  
**Felipe Peixoto Braga Netto**

Curso de  
**DIREITO**  
**CIVIL**

**3**

**Responsabilidade Civil**

**10<sup>a</sup>**  
EDIÇÃO  
revista, atualizada  
ampliada

**2023**

 **EDITORA**  
*Jus***PODIVM**

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Equipe JusPODIVM

**Capa:** Ana Caquetti

F224c Farias, Cristiano Chaves de  
Curso de Direito Civil - v.3 - Responsabilidade Civil / Cristiano Chaves de Farias,  
Nelson Rosenvald e Felipe Braga Netto – 10. ed., rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora  
JusPodivm, 2023.

v. 3.

1.136 p. (Coleção Cursos)

Inclui Bibliografia

ISBN: 978-85-442-4160-8

1. Direito Civil. 2. Responsabilidade Civil I. Farias, Cristiano Chaves de. II. Rosenvald,  
Nelson. III. Braga Netto, Felipe. IV. Título.

CDD 342.151

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Moís – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

<b>Palavras Prévias – 10ª edição .....</b>	<b>23</b>
<b>Prefácio.....</b>	<b>29</b>
<b>PARTE I – TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....</b>	<b>31</b>
<b>Capítulo I ► Conceito da Responsabilidade Civil. Do Filosófico ao Tecnológico .....</b>	<b>33</b>
1. Conceito da Responsabilidade Civil .....	34
2. A polissemia da responsabilidade civil: uma agenda para os próximos anos.....	36
<b>Capítulo II ► Princípios da Responsabilidade Civil .....</b>	<b>41</b>
1. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	42
2. Princípio da solidariedade .....	47
3. Princípio da prevenção .....	50
4. Princípio da reparação integral.....	53
<b>Capítulo III ► Evolução Histórica, Política e Filosófica da Responsabilidade Civil .....</b>	<b>57</b>
1. Evolução histórica da responsabilidade civil .....	58
2. Fundamentos filosóficos da responsabilidade civil.....	64
3. Fundamentos políticos da responsabilidade civil.....	67
<b>Capítulo IV ► As Funções da Responsabilidade Civil .....</b>	<b>73</b>
1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil.....	74
2. A função compensatória .....	79
3. A função punitiva .....	82
4. A função Restitutória – <i>Disgorgement</i> e lucro da intervenção .....	88
5. A função precaucional.....	95
6. A prevenção como cerne da responsabilidade civil contemporânea.....	102
<b>Capítulo V ► Modalidades de Responsabilidade Civil .....</b>	<b>107</b>
1. A clássica dicotomia: responsabilidade negocial e extranegocial (ou simplesmente “civil”) .....	108
1.1 O dano como elemento comum às duas responsabilidades .....	110
1.2 As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade negocial.....	111
1.3 O concurso de responsabilidades .....	118
1.4 A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia responsabilidade negocial e extranegocial.....	121
1.4.1 Responsabilidade civil pela violação positiva do contrato.....	124

1.4.2	A violação de deveres anexos .....	127
1.4.3	A responsabilidade pré-negocial – os deveres anexos desvinculados da obrigação.....	129
1.4.4	A responsabilidade pós-negocial – os deveres anexos transcendem a obrigação .....	135
1.4.5	A responsabilidade civil transubjetiva e os deveres anexos .....	140
1.4.6	O terceiro ofendido e a relação obrigacional .....	141
1.4.7	O terceiro ofensor e a relação obrigacional .....	147
1.5	Conclusão.....	151
2.	Responsabilidade civil e penal .....	153
2.1	Fundamentos da separação de responsabilidades.....	153
2.2	A confluência entre os ilícitos penal e civil.....	156
2.2.1	A culpa no direito civil e no direito penal .....	158
2.2.2	O dano.....	161
2.2.3	A tipicidade .....	163
2.3	A interseção entre a jurisdição civil e a criminal .....	164
2.3.1	Relativa independência de jurisdições .....	164
2.3.2	Repercussão civil da decisão penal condenatória.....	165
2.3.3	Repercussão civil da decisão penal absolutória .....	170
2.3.4	Processos (civil e criminal) simultâneos: decisões conflitantes?.....	172
2.4	Excludentes de ilicitude .....	176
<b>Capítulo VI ► Pressupostos da Responsabilidade Civil – Teoria Subjetiva ....</b>		<b>179</b>
1.	Introdução.....	180
1.1	Acepções da responsabilidade civil.....	180
1.2	Pressupostos da responsabilidade civil.....	181
2.	O ilícito civil .....	183
2.1	A caracterização do ilícito como fato jurídico .....	183
2.2	A antijuridicidade como elemento objetivo do ilícito .....	184
2.3	A imputabilidade como elemento subjetivo do ilícito.....	185
2.4	Responsabilidade civil é sinônimo de ilícito civil?.....	188
2.5	O fato ilícito <i>stricto sensu</i> (cláusula geral de ilicitude culposa) .....	194
2.6	Apenas do ato ilícito advém a responsabilidade civil?.....	196
2.7	Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito .....	198
2.8	Excludentes de ilicitude civil.....	205
2.8.1	Estado de necessidade (art. 188, II, c/c os arts. 929 e 930, CC) .....	208
2.8.1.1	Estado de necessidade sem que a pessoa lesada seja culpada pelo perigo.....	209
2.8.1.2	Estado de necessidade quando a pessoa lesada é culpada pelo perigo.....	210
2.8.2	Legítima defesa (art. 188, I, c/c o parágrafo único do art. 930) .....	210
2.8.2.1	Pressupostos da legítima defesa.....	212
2.8.2.2	Legítima defesa que causa danos em terceiro inocente .....	214

2.8.2.3	Legítima defesa de terceiro.....	215
2.8.2.4	Legítima defesa putativa.....	216
2.8.3	Exercício regular de um direito (art. 188, I).....	217
2.8.4	Estrito cumprimento do dever legal.....	220
2.8.5	Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea.....	221
3.	A culpa.....	222
3.1	A culpa e a responsabilidade civil.....	222
3.2	A evolução do significado de culpa civil.....	225
3.3	A culpa presumida.....	228
3.4	A gradação da culpa.....	232
3.4.1	A gradação da culpa médica no período de pandemia.....	239
3.5	O ilícito e a culpa.....	242
3.6	A mitigação da reparação por equidade.....	243
3.7	O renascimento da culpa.....	246
4.	O abuso do direito.....	253
4.1	O abuso do direito como ato ilícito.....	253
4.2	Exige-se o dano para a aferição do abuso do direito?.....	260
4.3	O abuso do direito como cláusula geral.....	266
4.4	O intuito de prejudicar é necessário?.....	267
4.5	As hipóteses legais de abuso de direito.....	269
4.5.1	Fim econômico ou social.....	270
4.5.2	Boa-fé.....	271
4.5.3	Bons costumes.....	272
5.	O dano.....	273
5.1	O dano como elemento nevrálgico da responsabilidade civil.....	273
5.2	O conceito de dano.....	276
5.3	O dano e a técnica da ponderação de interesses.....	280
5.4	A travessia do ato ilícito ao dano injusto.....	285
5.5	A medida dos danos.....	288
5.6	O dano patrimonial.....	292
5.6.1	O dano patrimonial e o pessoal.....	295
5.6.2	As três espécies do dano patrimonial: danos emergentes, lucros cessantes e perda de uma chance.....	296
5.6.2.1	Os danos emergentes (dano positivo).....	296
5.6.2.2	Os lucros cessantes (dano negativo).....	300
5.6.2.3	A perda de uma chance.....	304
5.6.2.3.1	Perda de uma chance de obtenção de futura vantagem.....	306
5.6.2.3.2	Perda de uma chance de se evitar um prejuízo.....	310
5.6.2.3.3	Perda de uma chance como espécie de dano emergente.....	313
5.6.3	Outras classificações aplicáveis ao dano patrimonial.....	315
5.6.3.1	Dano reflexo ou em ricochete.....	315
5.6.3.2	Danos certos ou incertos.....	317

5.6.3.3	Danos presentes e futuros.....	318
5.6.3.4	A indenização preventiva .....	320
5.6.4	Danos patrimoniais: verbas compensáveis e verbas não compensáveis.....	325
5.6.4.1	Verbas compensáveis.....	325
5.6.4.2	Verbas não compensáveis .....	328
5.6.5	<i>Compensatio lucri cum damno</i> .....	328
5.6.6	A legitimidade para exigir o dano patrimonial.....	334
5.6.6.1	A transmissibilidade aos herdeiros do direito de exigir reparação.....	334
5.6.6.2	Morte de homem ou mulher responsável pelo sustento do lar.....	335
5.6.6.3	Morte de filho menor: a família faz jus a danos patrimoniais?.....	337
5.6.7	Lesão que cause incapacidade para o trabalho .....	338
5.7	O dano extrapatrimonial .....	342
5.7.1	Introdução.....	342
5.7.2	O histórico do dano moral: dos embates à aceitação .....	344
5.7.3	Em busca de um conceito – o que é o dano moral?.....	346
5.7.3.1	É legítimo o critério do dano moral como a dor e o sofrimento?.....	347
5.7.3.2	O dano moral é a lesão à dignidade da pessoa humana?.....	349
5.7.3.3	Afinal, o que é o dano moral?.....	351
5.7.4	Do dano moral ao dano extrapatrimonial: Uma proposta tipológica .....	357
5.7.4.1	O dano estético extrapatrimonial.....	359
5.7.4.2	O dano à imagem extrapatrimonial .....	360
5.7.4.3	O dano existencial.....	361
5.7.4.4	O estado da arte do dano moral.....	363
5.7.5	Dano moral – compensação ou indenização? .....	364
5.7.6	A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória e o direito de resposta... ..	367
5.7.7	A desmonetização da reparação pelo dano moral .....	370
5.7.8	O dano moral por inadimplemento obrigacional.....	376
5.7.9	A titularidade do direito à reparação .....	379
5.7.9.1	Noções gerais .....	379
5.7.9.2	A pessoa natural como legitimado ativo .....	380
5.7.9.3	Os lesados diretos.....	381
5.7.9.3.1	Os lesados diretos desprovidos de discernimento .....	381
5.7.9.3.2	O nascituro como lesado direto .....	383
5.7.9.4	Os lesados indiretos.....	387
5.7.9.5	O dano moral reflexo e o evento morte – quem são os legitimados? ....	389
5.7.9.5.1	O dano moral reflexo quando há sobrevivência.....	396
5.7.9.6	A pessoa jurídica como legitimado ativo .....	398
5.7.9.6.1	A empresa e o dano moral .....	398
5.7.9.6.2	O dano institucional como terceira via .....	403
5.7.9.7	Os entes jurídicos despersonalizados.....	405
5.7.10	O dano moral coletivo.....	407
5.7.10.1	Introdução .....	407

5.7.10.2 Nossa opinião: o dano moral coletivo é uma pena civil.....	415
5.8 A valoração e a quantificação do dano moral .....	421
5.9 A pena civil e o dano moral – um diálogo em construção .....	434
5.9.1 Linhas gerais .....	434
5.9.2 A sanção e a reparação .....	438
5.9.3 A urgência da pena civil.....	441
5.9.4 As extremas da pena civil .....	444
5.9.5 Critérios de aplicação da pena civil .....	449
5.9.6 Óbices à incidência da pena civil.....	452
5.10 O dano estético .....	460
5.10.1 Noções gerais .....	460
5.10.2 Fundamento constitucional .....	463
5.11 O dano-morte (dano ontológico) .....	466
6. O nexo causal.....	470
6.1 Nexo causal como pressuposto da responsabilidade civil .....	470
6.2 A concausalidade.....	473
6.3 Teorias do nexo causal.....	475
6.3.1 Teoria da equivalência dos antecedentes causais.....	476
6.3.2 Teoria da causalidade adequada.....	479
6.3.3 Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessariedade .....	481
6.4 As excludentes da responsabilidade civil.....	487
6.4.1 Força maior – o fortuito, interno e externo .....	488
6.4.2 O fato exclusivo da vítima.....	496
6.4.3 O fato concorrente e a redução de danos .....	498
6.4.4 O fato de terceiro.....	501
6.5 Causalidade alternativa (responsabilidade coletiva) .....	506
6.6 Causalidade virtual.....	511
7. O nexo de imputação .....	515
<b>Capítulo VII ► Pressupostos da Responsabilidade Civil – Teoria Objetiva.....</b>	<b>521</b>
1. O contexto histórico.....	522
1.1 As bases da teoria subjetiva .....	522
1.2 O alvorecer da teoria objetiva .....	524
1.3 As primeiras linhas da teoria objetiva.....	526
1.4 A estrutura da teoria do risco.....	528
1.5 A doutrina objetiva pode também ser conhecida como teoria da culpa presumida? .....	531
1.6 A responsabilidade objetiva é sinônimo de responsabilidade sem culpa? .....	532
1.7 Culpabilidade e causalidade .....	534
1.7.1 Responsabilidade objetiva ou obrigação objetiva de indenizar?.....	535
1.8 A evolução da teoria objetiva no Brasil.....	537
1.8.1 Fase anterior ao Código Civil de 2002 .....	537
1.8.2 A teoria objetiva no Código Civil de 2002: uma radiografia do parágrafo único do artigo 927 .....	540

1.9	A coexistência entre as teorias subjetiva e objetiva .....	548
1.10	Código Civil de 2002: risco proveito ou risco criado? .....	549
1.11	Código Civil de 2002: o risco criado pela particular potencialidade lesiva da atividade.....	554
1.12	A presunção de causalidade na teoria do risco.....	560
1.13	O risco criado no Código de Defesa do Consumidor .....	565
1.14	O risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar .....	568
1.15	A repartição de riscos: o risco concorrente .....	572
1.16	O risco integral e o risco agravado.....	576
1.17	O risco de empresa ou do empreendimento .....	582
1.18	O risco e os profissionais liberais .....	585
1.19	Do risco ao alto risco da atividade .....	590
1.20	A multiplicação do nexo de imputação na obrigação objetiva de indenizar .....	593
1.21	A responsabilidade objetiva pura e a impura .....	596
1.22	A securitização da responsabilidade civil.....	598
1.22.1	Responsabilidade: do individual ao social .....	598
1.22.2	A dinâmica dos seguros de responsabilidade civil .....	601
1.22.2.1	O contrato de seguro.....	601
1.22.2.2	O seguro privado obrigatório .....	608
1.22.2.2.1	O DPVAT .....	608
1.22.2.2.2	O acidente de trabalho.....	613

## **PARTE II – RESPONSABILIDADE CIVIL EM ESPÉCIE ..... 619**

### **Capítulo I ► Responsabilidade Civil por Fato Próprio e por Fato de Outrem ..... 621**

1.	Responsabilidade civil por fato próprio.....	622
2.	Responsabilidade civil por fato de outrem .....	625
2.1	Introdução: um tema teoricamente rico e difícil.....	625
2.2	Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores.....	629
2.2.1	Em que situações os pais respondem pelos atos dos filhos menores? .....	631
2.2.2	Solidariedade ou subsidiariedade: a responsabilidade dos pais pelos filhos menores .....	636
2.2.3	Os pais respondem civilmente pelo dano praticado por menor emancipado?....	638
2.3	Danos causados por filhos maiores .....	639
2.4	Direito de regresso .....	641
2.5	A responsabilidade civil dos incapazes.....	642
3.	Responsabilidade dos tutores e curadores .....	646
4.	Responsabilidade dos empregadores pelos atos dos empregados .....	649
4.1	O dano foi causado em razão da função desempenhada? .....	653
4.2	Outras questões relevantes .....	654
4.3	A terceirização rompe o nexo causal em relação ao empregador?.....	656
5.	Responsabilidade civil dos estabelecimentos educacionais .....	657

5.1	Os estabelecimentos educacionais privados como prestadores de serviço.....	657
5.2	Responsabilidade civil pelo <i>bullying</i> .....	659
5.3	A polêmica questão do direito de regresso.....	660
5.4.	A questão do <i>homeschooling</i> .....	662
6.	Responsabilidade civil dos hoteleiros e estabelecimentos análogos.....	663
6.1	Contextualização normativa e situações possíveis.....	663
6.1.1	Danos causados a hóspedes.....	664
6.1.2	Danos causados a empregados do hotel.....	664
6.1.3	Danos causados a terceiros.....	665
7.	Responsabilidade civil decorrente dos produtos do crime.....	666

## **Capítulo II ► Responsabilidade Civil pelo Fato da Coisa..... 667**

1.	Construindo nexos de imputação entre pessoas e coisas.....	668
2.	Danos decorrentes de animais (Código Civil, art. 936).....	670
2.1	Danos causados por animais nas rodovias.....	673
2.2.	A visão dos animais como seres dotados de sensibilidade (seres sencientes).....	673
3.	Danos decorrentes de edifício ou construção (Código Civil, art. 937).....	676
4.	Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios (Código Civil, art. 938).....	678
4.1	A queda anônima.....	679
4.2	Outras hipóteses possíveis de incidência do art. 938.....	680
5.	Responsabilidade civil decorrente da guarda de veículos.....	681
5.1	A teoria da guarda da coisa e o empréstimo de veículos (danos causados pelo comodatário).....	681
5.2	Solução jurisprudencial brasileira: o critério da presunção de culpa.....	683
5.3	Outras situações possíveis.....	685
5.3.1	Carros cedidos onerosamente no exercício de atividade empresarial.....	685
5.3.2	Danos provocados no uso de veículo roubado ou furtado.....	687
5.3.3	O carro como instrumento do dano (teoria do corpo neutro).....	688

## **Capítulo III ► Responsabilidade Civil do Estado..... 691**

1.	A teoria do risco administrativo.....	692
1.1	O forte componente jurisprudencial.....	693
1.2	Irrelevância da licitude do ato estatal.....	695
1.3	Atos de império e atos de gestão: distinção superada.....	697
2.	Quem são os agentes públicos?.....	699
2.1	Alargamento conceitual e questões conexas.....	699
3.	Danos causados por pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos....	707
3.1	As chaves hermenêuticas relevantes.....	707
3.2	Distinguindo atividade econômica de serviço público.....	708
3.3	Serviços públicos sociais.....	710
4.	Excludentes da responsabilidade civil estatal.....	710
5.	Excludentes da ilicitude da ação ou omissão estatal.....	718

6.	Responsabilidade estatal por ato de outrem: subsidiariedade ou solidariedade? .....	722
7.	Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos .....	725
7.1	As distorções funcionais do Legislativo e as manifestações populares .....	725
7.2	Atos normativos estatais como origem de danos indenizáveis .....	727
7.3	Responsabilidade civil e dever de legislar: casos de omissão legislativa .....	729
7.4	Imunidade parlamentar .....	731
7.4.1	Responsabilidade do Estado pelos atos praticados à luz da imunidade material .....	732
8.	Responsabilidade civil por atos judiciários .....	734
8.1	Prisões indevidas: dificuldades e critérios hermenêuticos .....	736
8.2	Pode haver responsabilidade civil do magistrado pelos danos? .....	737
8.3	A coisa julgada é óbice à indenização por erro judicial? .....	740
9.	Responsabilidade civil do Estado por omissão .....	740
9.1	Polêmica doutrinária e jurisprudencial: responsabilidade subjetiva ou objetiva? .....	741
9.2	O nexo causal na responsabilidade civil por omissão .....	746
9.2.1.	O nexo causal por omissão na jurisprudência do STF: um exemplo de idas e vindas .....	748
9.2.2	O Estado tinha o dever de evitar o dano? .....	749
9.2.3	A responsabilidade civil estatal por danos ligados à violência urbana .....	751
10.	Responsabilidade civil e (algumas) questões vinculadas à pandemia .....	753
10.1.	Covid-19 e a responsabilização de agentes públicos .....	754
10.2.	Covid-19 e pedidos de acesso à informação .....	755
10.3.	Covid-19 e prazos de prescrição e decadência .....	755
10.4.	Covid-19 e a questão das vacinas (teoria do risco do desenvolvimento) .....	756
10.5.	A perda de vida de profissionais de saúde no combate à pandemia (Lei n. 14.128/2021) .....	759
<b>Capítulo IV ► Responsabilidade Civil e Direito à Imagem .....</b>		<b>761</b>
1.	Uma época de fotógrafos e cinegrafistas em todos os lugares: o culto à imagem como valor onipresente .....	762
2.	Contornos conceituais do direito à imagem: compreendendo sua inserção no mundo contemporâneo e traçando diretrizes hermenêuticas .....	764
3.	Contextualizando o uso da imagem alheia: outros critérios possíveis de interpretação .....	774
4.	Contextualização: as estreitas conexões temáticas entre imagem e imprensa .....	780
4.1	Jornalismo investigativo e crimes contra o patrimônio público .....	782
4.2	Qual a natureza da responsabilidade civil dos veículos de imprensa? .....	784
4.2.1	Responsabilidade subjetiva .....	784
4.2.2	Responsabilidade objetiva fundada na teoria do risco .....	785
4.3	Quem responde por escritos ofensivos publicados através da mídia? .....	786
4.4	Crítérios de ponderação: a busca de soluções constitucionalmente consistentes .....	787
4.4.1	Veracidade da informação jornalística .....	789
4.4.2	Licitude do meio empregado na obtenção da informação .....	791
4.4.3	Personalidade pública ou estritamente privada da pessoa objeto da notícia .....	793

4.4.4	Local e natureza do fato .....	797
4.4.5	Existência de interesse público na divulgação .....	799
4.4.6	Preferência por medidas que não envolvam a proibição prévia da divulgação .....	802
5.	Dano moral e televisão: agressões à imagem na guerra por audiência .....	803
5.1	Programas de humor .....	805
6.	Biografias não autorizadas.....	807
7.	<i>Hate speech</i> .....	810
8.	Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades .....	812

## **Capítulo V ► Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo ..... 817**

1.	O impacto do CDC no direito privado brasileiro.....	818
2.	Diálogo com a Constituição: fundamentos do CDC.....	821
3.	A redução qualitativa da autonomia da vontade na órbita patrimonial.....	828
4.	Responsabilidade civil nas relações de consumo: feições específicas.....	835
4.1	Vício do produto ou serviço e fato do produto ou serviço .....	836
4.1.1	Vício do produto .....	837
4.1.2	Vício do serviço.....	839
4.1.3	Fato do produto .....	840
4.1.4	Fato do serviço.....	841
4.2	Perigo intrínseco .....	842
4.3	Prazo decadencial do vício e prazo prescricional do fato.....	843
4.4	Outras questões relevantes.....	845
5.	Prescrição e decadência: a disciplina no CDC.....	850
5.1	Decadência: vício do produto ou serviço.....	851
5.2	Prescrição: fato do produto ou serviço .....	854
5.2.1	A teoria da <i>actio nata</i> no STJ .....	857
5.2.2	O diálogo das fontes na contagem dos prazos prescricionais.....	858
5.3.	Conflitos entre o CDC e o CC: interpretação mais favorável ao consumidor .....	859
5.4.	Direito ao tempo “útil” e as relações de consumo.....	859
6.	Excludentes de responsabilidade civil: quais são aceitas nas relações de consumo? .....	861
7.	A Lei do Superendividamento.....	868

## **Capítulo VI ► Responsabilidade Civil Digital ..... 871**

1.	Os breves (e espantosos) passos da internet .....	872
2.	Rumo a uma sociedade sem papel? A progressiva desmaterialização dos bens na sociedade da informação .....	875
2.1	Os múltiplos e simultâneos focos de emissão da informação: mudanças no perfil social do ser humano.....	877
3.	O mundo digital como um mundo fundamentalmente colaborativo .....	878
3.1	Características colaborativas do universo digital: da <i>Wikipedia</i> ao <i>crowdfunding</i> .....	880
4.	Uma multiplicidade crescente de negócios jurídicos praticados via internet.....	881
4.1	Pensando o CDC para o comércio eletrônico.....	882

4.2	O olhar jurisprudencial brasileiro para a internet.....	884
4.3	O novo comércio eletrônico na atualização do CDC .....	885
5.	O mundo virtual e seus danos (bastante reais) .....	888
5.1	O cyberbullying .....	890
6.	Responsabilidade civil dos provedores: especificidades.....	891
6.1	Dever de retirada imediata do conteúdo ofensivo e questões conexas .....	892
6.2	Dever de guarda dos dados identificadores dos usuários e questões probatórias conexas.....	896
6.3	Responsabilidade dos provedores de pesquisa virtual pelos resultados das buscas.....	900
7.	Marco Civil da Internet .....	901
8.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018).....	908

## **Capítulo VII ► Responsabilidade Civil na Área Médica ..... 927**

1.	A saúde no Estado dos direitos fundamentais .....	928
2.	A medicina do século XXI: avanços e perspectivas.....	931
3.	Os danos causados no exercício da medicina: contextualização e peculiaridades.....	933
4.	A responsabilidade subjetiva dos médicos: especificidades e modos de caracterização.....	938
5.	A complexa questão probatória na responsabilidade civil médica.....	944
5.1	Perda da chance e atividade médica .....	946
6.	A relação médico e paciente como uma relação de consumo: consequências hermenêuticas da aplicação do CDC .....	948
6.1	Planos de saúde: experiência brasileira contemporânea.....	951
7.	Responsabilidade dos hospitais por atos dos médicos: regime especial .....	960
8.	Danos sofridos em hospitais públicos ou postos de saúde.....	963
8.1	Serviços públicos sociais x serviços de relevância social.....	965
9.	Obrigações de meio e de resultado: um tema recorrente na responsabilidade civil dos médicos.....	966
9.1	Obrigações de meio .....	966
9.2	Obrigações de resultado .....	967
9.2.1	Outras exceções construídas doutrinária e jurisprudencialmente.....	968
9.2.2	Procedimentos de natureza mista.....	970
9.3	A caminho da superação da dicotomia: novos critérios hermenêuticos? .....	971
10.	Importância do princípio da função social dos contratos na interpretação da matéria .....	974
11.	Uma consideração diferenciada em relação aos bens jurídicos não patrimoniais.....	975

## **Capítulo VIII ► Responsabilidade Civil dos Advogados..... 981**

1.	Contornos conceituais da advocacia e imunidade profissional: alcance e conteúdo .....	982
2.	Danos relacionados ao exercício da capacidade postulatória.....	986
2.1	Dever de sigilo: o que compreende e até onde vai.....	988
3.	Compreendendo a natureza e os limites da responsabilidade civil dos advogados: é necessária a prova da culpa pela vítima?.....	989
4.	Perda da chance: uma categoria conceitual progressivamente adotada em relação aos advogados.....	993

5. Seguro de responsabilidade civil .....	994
6. Obrigações de meio e resultado: especificidades em relação aos advogados e indagação acerca da adequação teórica do dualismo.....	995
7. A questão do Código de Defesa do Consumidor: posição do STJ .....	997

## **Capítulo IX ► Responsabilidade Civil das Empresas de Estacionamento e demais Encarregados da Guarda ou Vigilância de Veículos .... 1003**

1. Um amor (brasileiro?) por carros.....	1004
2. Uma realidade contemporânea: a necessidade da guarda de veículos em locais presumivelmente seguros.....	1004
3. Empresas de estacionamento: compreendendo as excludentes.....	1006
4. Irrelevância da gratuidade ou da realização de negócios jurídicos conexos.....	1010
5. Outras situações possíveis: manobristas de restaurantes, hotéis, oficinas mecânicas, postos de combustíveis etc. ....	1012
6. Estacionamentos de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito público.....	1015
6.1 A questão da chamada “faixa azul” .....	1016
7. Estacionamentos gratuitos ofertados por entes, personalizados ou não, sem fins lucrativos.....	1018

## **Capítulo X ► Responsabilidade Civil dos Estabelecimentos Bancários e Securitários..... 1021**

1. Contextualização e linhas gerais: migração do mundo físico-convencional para o universo digital .....	1022
2. Bancos como fornecedores de serviços à luz do CDC.....	1022
3. Os poderes privados na sociedade contemporânea: construindo um paradigma contratual que se distancia dos moldes clássicos.....	1025
4. Danos possíveis e comuns nas relações entre bancos e clientes .....	1028
4.1 Cartões de crédito e débito.....	1029
4.2 Roubos ou furtos em cofres alugados.....	1032
4.3 Fraudes ocorridas na internet .....	1033
4.4 Outras situações de danos indenizáveis.....	1034
5. Uma análise rigorosa e restrita acerca das excludentes de responsabilidade civil: os riscos da atividade.....	1038
5.1 Assaltos relacionados à atividade bancária: em que casos o banco responde civilmente? .....	1039
5.2 Não cabe responsabilizar o Estado pelos danos?.....	1041
6. Contratos bancários e impossibilidade de conhecimento de ofício pelo magistrado: exceção ao sistema de nulidades do CDC .....	1042
7. Diálogo das fontes em favor do consumidor: prazos prescricionais.....	1043
8. Inscrição indevida em cadastros negativos .....	1044
9. Responsabilidade civil das seguradoras: questões relevantes.....	1046

## **Capítulo XI ► Responsabilidade Civil do Transportador ..... 1053**

1. Contextualização .....	1054
2. Transporte de pessoas.....	1055

2.1 Danos conexos e danos não conexos ao transporte: distinções relevantes.....	1055
2.2 Transporte gratuito ou de mera cortesia: hipótese em que a culpa leve não basta?.....	1057
3. Transporte aéreo.....	1062
4. Transporte de cargas.....	1068

## **Capítulo XII ► Responsabilidade Civil dos Construtores..... 1071**

1. Construção civil: crescimento e contextualização social .....	1072
2. Um sistema híbrido de regras: o diálogo das fontes (CDC, Código Civil e Lei nº 4.591/64).....	1073
3. Incorporação imobiliária (Lei nº 4.591/64).....	1074
4. Empreitada (Código Civil, arts. 610 a 626).....	1076
5. Responsabilidade pela solidez e segurança da obra.....	1078
6. A chamada lei anticorrupção: o sentido e alcance da responsabilidade civil objetiva na Lei nº 12.846.....	1081

## **CAPÍTULO XIII ► Responsabilidade Civil Automobilística..... 1085**

1. Os tristes números brasileiros no trânsito: cerca de 50 mil mortes por ano.....	1086
2. Dialogando entre formas e fontes de responsabilidades distintas: objetiva e subjetiva, pública e privada.....	1090
3. Responsabilidade estatal objetiva por ações ou omissões na matéria.....	1092
4. Há casos de responsabilidade civil objetiva na responsabilidade civil automobilística? .....	1093
4.1 A teoria do risco pode, em alguma hipótese, ser aplicável à responsabilidade civil automobilística? .....	1095
5. Questões específicas da responsabilidade civil automobilística .....	1096
5.1 O proprietário do veículo responde solidariamente com o condutor? .....	1097
5.2 Danos causados na condução de carros roubados ou furtados.....	1100
5.3 Quem pode ser considerado o proprietário do veículo? A questão do registro nos órgãos de trânsito.....	1101
5.4 Locadoras de veículos: a responsabilidade civil pelo uso do carro locado.....	1102
5.5 A teoria do corpo neutro: quando o veículo é mero agente físico do prejuízo.....	1103
6. A questão da culpa e do nexos causal: analisando situações específicas.....	1105
7. Danos materiais e pensões periódicas: natureza e duração.....	1111
8. Danos a coisas e danos a pessoas: um norte hermenêutico.....	1115

## **Bibliografia ..... 1117**

**10<sup>a</sup>  
edição**

revista e atualizada

**CRISTIANO CHAVES DE FARIAS  
NELSON ROSENVALD**

*Curso de Direito*

# **CIVIL**

**Contratos  
Teoria Geral e  
Contratos em Espécie**

**4**

2020



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robrio Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Ana Caquetti

930595

**Diagramação:** Cendi Coelho ([cendicoelho@gmail.com](mailto:cendicoelho@gmail.com))

---

F224c    Farias, Cristiano Chaves de  
          Curso de direito civil: contratos, teoria geral e contratos em espécie / Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald – 10. ed. rev. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2020.  
          v. 4.  
          1.232 p.

          Bibliografia.  
          ISBN 978-85-442-3372-6.

          1. Direito civil. 2. Contratos. I. Título.

CDD 342.144

---

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

<b>Palavras Prévias – 10ª edição .....</b>	<b>23</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>27</b>

## PARTE I DOS CONTRATOS EM GERAL

<b>Capítulo I ► Introdução à Teoria Geral dos Contratos .....</b>	<b>31</b>
1. O direito civil constitucional.....	32
1.1 O direito civil na feição liberal.....	32
1.2 A humanização do direito civil .....	34
1.3 A eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.....	37
1.4 Perspectivas para o direito civil .....	40
2. O contrato e a Constituição Federal .....	42
2.1 A materialização dos contratos.....	43
2.2 A liberdade contratual hoje: duas vertentes.....	45
2.2.1 A liberdade contratual como binômio autodeterminação – justiça contratual....	45
2.2.2 A liberdade contratual como elemento da ordem de concorrência e a Lei da Liberdade Econômica (Lei n. 13.874/19).....	47
2.2.3 A pluralidade de dimensões funcionais do contrato .....	49
3. Contrato: evolução, conceito, local e tempo.....	53
3.1 A evolução e o conceito do contrato.....	53
3.2 Localização do contrato no direito civil .....	61
3.3 O tempo do contrato .....	70
3.3.1 A escada pontiana.....	70
3.3.2 O direito intertemporal dos contratos.....	73
<b>Capítulo II ► A Formação dos Contratos .....</b>	<b>79</b>
1. A formação dos contratos paritários .....	80
1.1 Noções iniciais.....	80
1.2 Estrutura da formação do contrato no Código Civil.....	81
1.2.1 Negociações preliminares e a responsabilidade pré-contratual.....	82
1.2.2 Proposta e aceitação .....	88
1.2.3 A aceitação tácita e pelo silêncio.....	97
1.3 Tempo e local de conclusão do contrato paritário .....	103
2. A formação dos contratos massificados .....	105
2.1 Oferta nos contratos civis de adesão .....	105
2.2 Formação do contrato no Código de Defesa do Consumidor.....	108

2.3	Formação do contrato eletrônico e do <i>smart contract</i> .....	117
3.	Contrato preliminar.....	126
3.1	Noções gerais.....	126
3.2	Regime jurídico.....	130
3.3	A promessa de doação.....	139
3.4	A eficácia real do contrato preliminar.....	143
3.5	O contrato preliminar impróprio.....	145

### Capítulo III ► A Princiologia Contratual..... 153

1.	Noções iniciais.....	153
2.	O princípio da autonomia privada.....	156
2.1	Da autonomia da vontade à autonomia privada.....	156
2.2	A autonomia privada como cerne do negócio jurídico.....	162
2.3	A autonomia contratual e a autonomia existencial.....	165
2.4	A nova força obrigatória dos contratos.....	173
2.4.1	O papel da lei.....	175
2.4.2	O papel do juiz.....	177
3.	O princípio da boa-fé objetiva.....	180
3.1	A boa-fé – histórico.....	181
3.2	Noções preliminares.....	184
3.3	A boa-fé como modelo no Código Civil.....	189
3.4	Os deveres de conduta.....	192
3.4.1	A função integrativa da boa-fé.....	193
3.4.2	A cláusula geral do art. 422 do Código Civil.....	195
3.4.3	As funções dos deveres de conduta.....	196
3.4.4	Violação positiva do contrato.....	203
3.5	A boa-fé e o abuso do direito.....	205
3.5.1	Limites internos ao exercício de direitos subjetivos.....	209
3.5.2	Categorias de exercícios abusivos do direito.....	212
3.5.2.1	Desleal exercício de direitos – O Adimplemento Substancial.....	212
3.5.2.2	Desleal não exercício de direitos: <i>venire contra factum proprium</i> ; <i>supsessio</i> e <i>surrectio</i> .....	215
3.5.2.3	Desleal constituição de direitos – <i>tu quoque</i> .....	221
3.5.2.4	O Dever de Mitigar o Próprio Prejuízo – <i>Duty to mitigate the own loss</i> .....	222
3.6	A boa-fé e o princípio da solidariedade.....	226
3.7	A boa-fé e o princípio da dignidade da pessoa humana.....	230
3.8	A boa-fé objetiva no CPC/15.....	231
4.	A função social do contrato.....	233
4.1	A funcionalização do negócio jurídico.....	233
4.2	A função social do contrato como causa do negócio jurídico e a Lei da Liberdade Econômica (13.874/19).....	236
4.3	A função social interna do contrato.....	239
4.3.1	A função social interna do contrato e a dignidade da pessoa humana.....	243
4.4	A função social externa do contrato.....	246
4.4.1	O contrato ofensivo a interesses metaindividuais.....	248

4.4.2	O terceiro ofendido.....	250
4.4.3	O terceiro ofensor.....	257
4.5	Estado da arte .....	264
5.	Justiça contratual.....	264
5.1	Noções gerais .....	264
5.2	O equilíbrio contratual .....	269
5.2.1	A lesão .....	271
5.2.2	Da alteração das circunstâncias.....	276
5.2.3	A cláusula de <i>hardship</i> .....	284
6.	A principiologia contratual na lei da liberdade econômica .....	287

## **Capítulo IV ► Classificação e Qualificação dos Contratos..... 297**

1.	Classificação estrutural dos contratos.....	297
1.1	As dicotomias clássicas.....	297
1.2	Classificações tradicionais.....	299
1.2.1	Contratos bilaterais (sinalagmáticos) e unilaterais .....	299
1.2.2	Contratos onerosos e gratuitos .....	303
1.2.3	Contratos comutativos e aleatórios .....	307
1.2.3.1	Noções gerais .....	307
1.2.3.2	A alienação aleatória .....	310
1.2.4	Contratos consensuais e reais .....	315
1.2.5	Contratos solenes e não solenes.....	316
1.2.6	Contratos instantâneos e contratos de duração .....	319
1.2.7	Contratos principais e acessórios.....	322
1.2.8	Contratos <i>intuitu personae</i> e impessoais.....	324
2.	Classificação funcional dos contratos .....	327
2.1	Classificações do contrato contemporâneo.....	327
2.2	O contrato de consumo.....	329
2.2.1	Os três sujeitos contratuais.....	329
2.2.2	Contratos civis e contratos de consumo – diálogo de fontes.....	332
2.2.2.1	A relação de Consumo na era da economia do compartilhamento ...	342
2.2.3	Contratos empresariais.....	346
2.3	O contrato de adesão.....	350
2.4	As cláusulas contratuais gerais .....	364
2.4.1	Noções gerais .....	364
2.4.2	Controle do conteúdo das cláusulas contratuais gerais .....	367
2.5	O contrato-tipo.....	376
2.6	Contratos coletivos e acordos normativos .....	377
2.7	Contratos coativos e necessários .....	380
2.7.1	A liberdade de contratar.....	380
2.7.2	A obrigação de contratar.....	381
2.8	O contrato relacional.....	386
2.9	O contrato associativo .....	390
2.10	O contrato eletrônico .....	392
2.10.1	Noções gerais.....	392
2.10.2	Despersonalização do contrato.....	395

2.10.3 Desmaterialização do contrato.....	396
2.10.4 Desterritorialização do contrato .....	397
2.10.5 Desconfiança do consumidor .....	398
2.11 Contratos inteligentes – <i>Smart contracts</i> .....	400
2.12 Contratos cativos de longa duração.....	406
2.13 Contratos sob o paradigma da essencialidade.....	409
2.13.1 Noções gerais.....	409
2.13.2 Evolução do conceito de bem jurídico.....	411
2.13.3 Evolução da função do patrimônio.....	413
2.13.4 O patrimônio mínimo existencial.....	415
2.13.5 O paradigma da essencialidade.....	416
2.13.6 O bem de família.....	419
2.13.7 O bem mínimo existencial.....	420
2.13.8 A ponderação entre a tutela do bem existencial e o direito ao crédito .....	423
2.13.9 Do bem de família aos bens mínimos existenciais.....	426
2.14 Contratos de direitos da personalidade (ou existenciais) .....	430
2.14.1 Noções gerais.....	430
2.14.2 Contrato de cessão de uso de imagem.....	434
2.14.3 Contrato de direitos autorais .....	438
2.14.4 Contrato de casamento.....	444
2.14.4.1 Casamento como contrato relacional .....	444
2.14.5 Os esposais.....	448
2.14.6 Contrato de união estável .....	450
2.14.6.1 Contornos gerais .....	450
2.14.6.2 Celebração do contrato de convivência e modificabilidade .....	451
2.14.6.3 Eficácia do pacto convivencial .....	452
2.14.6.4 Conteúdo.....	454
2.14.7 O contrato de namoro e seus efeitos sobre a união estável.....	455
3. Qualificação dos contratos.....	456
3.1 Qualificação e classificação dos contratos.....	456
3.2 Contratos típicos e atípicos .....	457
3.3 Contratos mistos e coligados .....	466
3.4 As redes contratuais .....	471

## **Capítulo V ► Da Interpretação do Contrato ..... 479**

1. Introdução.....	480
2. Os elementos estruturais do negócio jurídico .....	485
3. A posição adotada pelo Código Civil de 2002.....	487
3.1 A função interpretativa do art. 113 do Código Civil.....	490
3.2 O elemento consuetudinário na interpretação dos contratos.....	495
3.3 Interpretação dos negócios gratuitos.....	499
3.4 Interpretação da declaração tácita de vontade.....	501
4. Interpretação dos contratos Coligados .....	503
5. Interpretação dos contratos de massa .....	505
6. Interpretação contratual conforme a Lei da Liberdade Econômica (Lei n. 13.874/19).....	514

<b>Capítulo VI ► Cessão do Contrato.....</b>	<b>523</b>
1. Noções gerais.....	524
2. Requisitos .....	529
3. Efeitos.....	532
4. Distinções com outros modelos jurídicos .....	533
5. O subcontrato.....	534
5.1 Noções gerais .....	534
5.2 Distinção entre o subcontrato e a cessão contratual.....	538
<b>Capítulo VII ► Relatividade dos Contratos .....</b>	<b>541</b>
1. Estipulação em favor de terceiro.....	542
1.1 Noções gerais .....	542
1.2 Regime jurídico.....	545
1.3 O pacto sucessório e a estipulação em favor de terceiro.....	549
2. Promessa de fato de terceiro .....	551
3. Contrato com pessoa a declarar.....	555
3.1 Noções gerais .....	555
3.2 Regime jurídico.....	557
<b>Capítulo VIII ► Efeitos dos Contratos .....</b>	<b>563</b>
1. Vícios redibitórios.....	563
1.1 Noções conceituais .....	563
1.2 Fundamentação jurídica dos vícios redibitórios.....	566
1.3 Requisitos para a caracterização dos vícios redibitórios.....	569
1.4 As ações edilícias.....	572
1.5 Os vícios redibitórios no CDC.....	579
1.6 A desmaterialização dos vícios redibitórios .....	590
2. Evicção .....	591
2.1 Noções conceituais .....	591
2.2 Fundamentação jurídica da garantia .....	595
2.3 Elementos da evicção .....	597
2.3.1 Privação do direito do adquirente.....	597
2.3.2 Preexistência do direito do terceiro.....	599
2.3.3 Privação judicial ou extrajudicial.....	603
2.3.4 A evicção e o princípio da concentração na matrícula imobiliária .....	605
2.4 Extensão da garantia.....	608
2.5 A denúncia da lide .....	615
<b>Capítulo IX ► Extinção dos Contratos .....</b>	<b>623</b>
1. Noções gerais.....	624
2. Extinção pelo regular cumprimento.....	625
2.1 Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação simples.....	625
2.2 Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação complexa .....	627

3. Extinção pela inexistência e pela invalidez.....	628
4. Extinção pela ineficácia .....	630
4.1 A cláusula resolutiva expressa.....	633
4.2 A cláusula de arrependimento.....	637
4.3 Resilição .....	639
4.3.1 Distrato ou resilição bilateral .....	640
4.3.2 Resilição unilateral.....	643
4.4 Rescisão.....	653
4.5 Resolução .....	655
4.5.1 Natureza da resolução .....	657
4.5.2 A impossibilidade superveniente da prestação .....	660
4.5.3 A extinção dos interesses objetivos do credor .....	662
4.5.3.1 Inexecução voluntária .....	668
4.5.3.2 Inexecução involuntária.....	669
4.5.3.3 A resolução de contratos de incorporação imobiliária – A Lei n. 13.786/18.....	670
4.5.4 A violação positiva do contrato (ou cumprimento imperfeito do contrato) .....	673
4.5.5 O adimplemento substancial .....	675
4.5.6 O inadimplemento antecipado .....	678
4.5.7 O cumprimento dos deveres anexos pelo credor .....	680
4.6 A resolução por alteração superveniente das circunstâncias e a Lei da Liberdade Econômica.....	681
4.7 A resolução pela frustração do fim do contrato.....	697
4.8 Extinção por morte de um dos contratantes .....	699
5. A exceção de contrato não cumprido .....	700
5.1 Noções gerais .....	700
5.2 O risco de descumprimento .....	707
5.3 A exceptio nos contratos administrativos.....	709

## PARTE II

### CONTRATOS EM ESPÉCIE

<b>Capítulo I ► Contrato de Compra e Venda .....</b>	<b>715</b>
1. Noções gerais e quadro evolutivo da compra e venda.....	715
2. O regramento DUALISTA da compra e venda – uma breve introdução à CISG .....	719
3. Noções conceituais e a natureza obrigacional.....	723
4. Classificação do contrato de compra e venda .....	726
5. Elementos essenciais da compra e venda.....	731
5.1 Generalidades.....	731
5.2 Consentimento .....	732
5.3 Preço.....	757
5.4 Coisa (objeto da compra e venda) .....	766
6. Efeitos jurídicos decorrentes da compra e venda.....	768
6.1 Prolegômenos .....	768
6.2 Responsabilidade do vendedor pelos vícios redibitórios e pela evicção.....	770

6.3	Responsabilidade pela perda ou deterioração (perecimento) da coisa adquirida .....	770
6.4	Responsabilidade pelas despesas.....	774
7.	Situações especiais de compra e venda .....	775
7.1	Noções gerais .....	775
7.2	Venda por amostras.....	775
7.3	Venda ad corpus e venda ad mensuram.....	778
8.	Cláusulas especiais (adjetas) na compra e venda .....	783
8.1	Generalidades.....	783
8.2	Retrovenda .....	785
8.3	Venda a contento e venda sujeita à prova .....	790
8.4	Preempção ou preferência convencional.....	793
8.5	Reserva de domínio.....	801
8.6	Venda sobre documentos.....	806
9.	Venda de bens públicos.....	808

## **Capítulo II ► Contrato de Troca ou Permuta ..... 811**

1.	Prolegômenos sobre a troca ou permuta .....	812
2.	Noções conceituais e elementos caracterizadores.....	814
3.	Classificação do contrato de troca ou permuta.....	815
4.	A permuta de valores desiguais (permuta com saldo).....	817
5.	Aplicação das regras da compra e venda.....	819
6.	Permuta de bens públicos .....	822

## **Capítulo III ► Contrato Estimatório ou Consignatário ..... 823**

1.	Noções conceituais sobre a venda por consignação .....	823
2.	Elementos caracterizadores.....	826
3.	Classificação.....	831
4.	Natureza jurídica da obrigação do consignatário: obrigação facultativa ou alternativa?.....	832
5.	Inversão da teoria dos riscos.....	834
6.	O desfazimento do contrato estimatório e a proteção do terceiro adquirente de boa-fé .....	835
7.	Causas extintivas do contrato e os efeitos da eventual falência do consignatário.....	836

## **Capítulo IV ► Contrato de Doação ..... 839**

1.	Generalidades sobre a doação .....	840
2.	Noções conceituais e características fundamentais.....	841
3.	Classificação do contrato de doação.....	846
4.	A promessa de doação .....	849
5.	Elementos componentes do contrato de doação .....	852
5.1	Prolegômenos .....	852
5.2	O sujeito.....	852
5.3	O objeto .....	855
5.4	Mútuo consentimento.....	860
5.5	Forma .....	861

6.	Vedações legais à doação.....	862
6.1	Noções gerais .....	862
6.2	Proibição de doação universal.....	863
6.3	Proibição de doação inoficiosa.....	865
6.4	Proibição de doação ao cônjuge adúltero (vedação de doação à concubina).....	869
6.5	Proibição de doação pelo devedor insolvente .....	873
7.	Situações especiais de doação.....	874
7.1	Generalidades.....	874
7.2	Doação pura e simples e doação com condição (condicional), a termo ou com encargo (modal) .....	874
7.3	A possibilidade de cláusulas restritivas na doação .....	876
7.3.1	Generalidades .....	876
7.3.2	Mitigação das cláusulas restritivas .....	879
7.3.3	Extensão temporal da cláusula restritiva.....	881
7.4	Doação remuneratória.....	882
7.5	Doação mista.....	883
7.6	Doação contemplativa ou meritória.....	884
7.7	Doação conjuntiva ou em comum a mais de uma pessoa .....	885
7.8	Doação de ascendente para descendente .....	885
7.9	Doação para entidade futura.....	888
7.10	Doação em contemplação de casamento futuro com pessoa certa e determinada (doação <i>propter nuptias</i> ) .....	888
8.	Doação de bens públicos.....	889
9.	Revogação da doação.....	891
9.1	A extinção da doação .....	891
9.2	A revogação da doação .....	892
9.3	Irrenunciabilidade antecipada do direito de revogar a doação .....	893
9.4	Revogação da doação por descumprimento do encargo .....	893
9.5	Revogação da doação por ingratidão do donatário .....	896

## Capítulo V ► Contratos de Empréstimo: Comodato e Mútuo..... 903

1.	Noções conceituais sobre o empréstimo como uma figura contratual.....	903
2.	O comodato.....	905
2.1	Noções conceituais .....	905
2.2	Elementos caracterizadores do comodato.....	908
2.3	Prazo do empréstimo.....	912
2.4	Classificação do comodato .....	915
2.5	Promessa de comodato ( <i>pactum de commodando</i> ).....	917
2.6	Obrigações do comodatário .....	917
2.7	Obrigações do comodante.....	920
2.8	Comodato de bem público .....	921
2.9	Teoria dos riscos no contrato de comodato.....	923
2.10	Extinção do comodato .....	923
3.	O mútuo .....	925
3.1	Noções conceituais .....	925
3.2	Elementos caracterizadores do mútuo .....	926

3.3	Capacidade das partes envolvidas e o mútuo feito a um menor ( <i>enatus</i> Consulto Macedoniano).....	928
3.4	Classificação do mútuo .....	930
3.5	Prazo do contrato de mútuo.....	931
3.6	Mútuo em dinheiro (mútuo feneratício).....	932
3.7	Extinção.....	938
<b>Capítulo VI ► Contrato de Prestação de Serviços .....</b>		<b>941</b>
1.	Breve introdução à prestação de serviços humanos.....	941
2.	Noções conceituais da prestação de serviços e suas características: os confins divisórios com os contratos de trabalho, de empreitada e de consumo .....	945
3.	Classificação do contrato de prestação de serviços.....	953
4.	Objeto da prestação de serviços.....	956
5.	Remuneração do prestador de serviços .....	959
5.1	Generalidades.....	959
5.2	Arbitramento da remuneração pelo juiz.....	960
5.3	Remuneração acima do décuplo do salário-mínimo e a (des)necessidade de prova escrita.....	961
5.4	Periodicidade da remuneração.....	962
5.5	Compensação ao prestador de serviço não habilitado profissionalmente.....	963
6.	Prazo de duração da prestação de serviços .....	965
7.	Aliciamento do prestador de serviços .....	968
8.	Obrigações recíprocas na prestação de serviços .....	972
9.	Competência da Justiça do Trabalho para dirimir conflitos decorrentes da prestação de serviços .....	972
10.	Extinção do contrato de prestação de serviços e o direito à certificação.....	975
<b>Capítulo VII ► Contrato de Empreitada.....</b>		<b>979</b>
1.	Prolegômenos sobre a empreitada.....	980
2.	Noções conceituais sobre a empreitada e distinções relevantes.....	982
2.1	Tentativa conceitual.....	982
2.2	O objeto da empreitada .....	984
2.3	Possibilidade de caracterização da empreitada como relação consumerista.....	985
3.	Classificação do contrato de empreitada, a possibilidade de subempreitada e os efeitos da morte do empreiteiro .....	986
4.	Espécies de empreitada .....	992
4.1	Generalidades.....	992
4.2	Empreitada de labor ou de mão de obra .....	992
4.3	Empreitada de materiais ou mista.....	994
4.4	Empreitada por administração .....	996
4.5	Engineering .....	997
4.6	Empreitada sempre como obrigação de resultado .....	998
5.	O preço da empreitada .....	998
5.1	Noções gerais sobre o preço.....	998
5.2	Espécies de empreitada em relação ao preço.....	998

5.3	Empreitada por preço determinado.....	999
5.4	Empreitada por unidade de medida.....	1002
5.5	Pagamento do empreiteiro e prazo prescricional para cobrança de sua remuneração.....	1003
6.	O recebimento da obra.....	1004
7.	Prazo de garantia e responsabilidade do empreiteiro.....	1007
7.1	Responsabilidade do empreiteiro pela segurança e pela solidez da obra entregue ao proprietário.....	1007
7.2	Responsabilidade do empreiteiro quando a relação é consumerista.....	1012
7.3	Responsabilidade do empreiteiro perante terceiros pelo fato da coisa (responsabilidade pela ruína do prédio construído).....	1013
8.	Competência judicial para processar e julgar eventuais conflitos decorrentes da empreitada.....	1015
9.	Proteção do direito autoral ao projeto de construção.....	1017
10.	Suspensão do contrato de empreitada.....	1020
11.	Extinção do contrato de empreitada.....	1024

## **Capítulo VIII ► Contrato de Depósito..... 1027**

1.	Generalidades sobre o depósito.....	1027
2.	Noções conceituais e características fundamentais.....	1029
3.	Classificação do contrato de depósito.....	1034
4.	Objeto do depósito.....	1037
5.	Espécies de depósito.....	1042
6.	Aplicação da teoria dos riscos.....	1048
7.	Obrigações das partes.....	1049
7.1	Obrigações do depositante.....	1049
7.2	Obrigações do depositário e a ação de depósito.....	1050
8.	A situação atual da prisão civil do depositário infiel (o controle de convencionalidade do art. 652 do Código Civil).....	1052

## **Capítulo IX ► Contrato de Mandato ..... 1059**

1.	Prolegômenos sobre o mandato.....	1060
2.	Noções conceituais e características fundamentais.....	1061
3.	Distinções fundamentais: o mandato, a representação e a procuração.....	1063
4.	Classificação do contrato de mandato.....	1068
5.	Objeto do contrato de mandato.....	1072
6.	Sujeitos do contrato de mandato.....	1074
6.1	Generalidades.....	1074
6.2	Mandato conjunto ou simultâneo.....	1075
6.3	Responsabilidade solidária no mandato.....	1076
7.	O substabelecimento.....	1076
8.	Atuação das partes (mandante e mandatário).....	1079
8.1	Obrigações do mandante.....	1079
8.2	Obrigações do mandatário.....	1081

8.3 O abuso do poder e o excesso de poder pelo mandatário .....	1082
9. Mandato e terceiros de boa-fé (o mandato aparente) .....	1084
10. Espécies de mandato .....	1086
11. (Ir)revogabilidade do mandato .....	1088
12. Mandato em causa própria .....	1091
13. Extinção do contrato de mandato .....	1093

## **Capítulo X ► Contrato de Corretagem..... 1097**

1. Generalidades sobre a corretagem .....	1097
2. Noções conceituais e distinções relevantes com outras figuras jurídicas .....	1099
3. Classificação .....	1102
4. Espécies de corretagem .....	1106
5. A remuneração do corretor .....	1110
6. A natureza da obrigação do corretor: de meio ou de resultado? .....	1119
7. Obrigações do corretor no âmbito do contrato de corretagem .....	1121
8. Aspectos processuais e competência judicial .....	1123

## **Capítulo XI ► Contrato de Locação..... 1127**

1. Breve histórico .....	1127
2. A locação na sociedade de mercado .....	1130
3. Campo de incidência do Código Civil .....	1132
4. Elementos contratuais .....	1138
4.1 Cessão do uso e gozo .....	1138
4.2 Coisa infungível .....	1140
4.3 Retribuição (aluguel) .....	1141
4.4 Temporariedade (prazo) .....	1145
5. Natureza jurídica .....	1147
6. Obrigações dos contratantes .....	1151
6.1 Obrigações do locador .....	1151
6.2 Obrigações do locatário .....	1158
7. Extinção da locação .....	1162
7.1 Extinção da locação com prazo .....	1163
7.2 Extinção da locação sem prazo .....	1165
7.3 Extinção pela venda do bem locado .....	1168
7.4 Extinção pelo inadimplemento .....	1170
7.5 Extinção pela morte de uma das partes .....	1171

## **Capítulo XII ► Contrato de Fiança..... 1173**

1. Introdução ao estudo das garantias creditícias .....	1173
2. Noções gerais do contrato de fiança .....	1179
3. Características primordiais .....	1185
4. Regramento da fiança .....	1191
5. Eficácia da fiança .....	1195

6. Extinção da fiança.....	1204
6.1 Decurso do prazo e exoneração do fiador.....	1204
6.2 Morte do fiador.....	1207
6.3 Causas imputáveis ao credor.....	1208
6.4 Causas extintivas diretas genéricas.....	1212
6.5 Causas extintivas indiretas.....	1213

<b>Bibliografia .....</b>	<b>1215</b>
---------------------------	-------------

Cristiano Chaves de Farias  
Nelson Rosenvald

*Curso de Direito*  
**CIVIL**

**Famílias**

**6**

**10<sup>a</sup>** revista,  
edição atualizada  
e ampliada

**2018**



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robrio Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Diagramação:** Lupe Comunicação e Design ([lupecomunicacao@gmail.com](mailto:lupecomunicacao@gmail.com))

**Capa:** Ana Caquetti

---

F224c    Farias, Cristiano Chaves de  
Curso de direito civil: famílias / Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald – 10. ed. rev.  
e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2018.  
1.056 p.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-442-1958-4.

1. Direito civil. 2. Direito de família. I. Título.

CDD 342.16

---

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

111 17

# Sumário

<b>Palavras Prévias – 10ª edição (à guisa de apresentação).....</b>	<b>23</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>27</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>29</b>
<b>Capítulo I ► Introdução e Princípios Constitucionais do Direito das Famílias .....</b>	<b>31</b>
1. As famílias.....	33
1.1 Modelando a importância e a feição das famílias.....	33
1.2 A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais contemporâneos.....	34
1.3 A fotografia contemporânea da família enquanto instituição jurídica e social (a família da pós-modernidade).....	36
1.4 Noções conceituais contemporâneas: a família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da família).....	39
2. O direito das famílias.....	43
2.1 Noções conceituais .....	43
2.2 Estrutura do Direito das Famílias .....	44
2.3 Objeto de estudo do Direito das Famílias.....	44
2.4 A natureza jurídica das normas do Direito das Famílias.....	45
2.5 A intervenção mínima do Estado nas relações familiares (o Direito das Famílias mínimo).....	46
2.6 A privacidade familiar .....	50
3. Importância e conteúdo atual do direito das famílias: o afeto como elemento estrutural da família contemporânea.....	52
4. Fontes do direito das famílias.....	56
5. As garantias constitucionais das relações familiares (princípios constitucionais do direito das famílias e as suas tendências contemporâneas).....	58
5.1 A propalada bipartição das normas jurídicas: as regras e os princípios.....	58
5.2 A inexistência de hierarquia normativa entre princípios e regras.....	60
5.3 Os princípios e a técnica de ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada no Direito das Famílias.....	62
5.4 A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeasibility</i> ) nos <i>extreme cases</i> (casos extremos).....	66
5.5 A vinculação do tecido normativo do direito das famílias aos princípios constitucionais .....	71
5.6 As famílias na Constituição da República de 1988 e a cláusula geral de inclusão (a família eudemonista).....	73
5.7 A não taxatividade do rol constitucional.....	75
5.8 Princípios constitucionais específicos do direito das famílias.....	77

5.8.1	Princípio da pluralidade das entidades familiares.....	77
5.8.2	Princípio da igualdade (isonomia) entre o homem e a mulher .....	98
5.8.3	Princípio da igualdade substancial entre os filhos.....	111
5.8.4	Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental (o tratamento jurídico da alienação parental).....	112
5.8.5	Princípio da facilitação da dissolução do casamento .....	116
6.	A aplicação do Direito das Famílias e os desacordos morais razoáveis .....	118
7.	A aplicação da boa-fé objetiva nas relações familiares (o abuso do direito, o <i>venire contra factum proprium</i> e a <i>supressio/surrectio</i> nas relações familiares).....	121
7.1	A confiança como valor jurídico das relações privadas .....	121
7.2	A confiança nas relações patrimoniais de família: a boa-fé objetiva .....	123
7.3	Aplicação do <i>venire contra factum proprium</i> e da <i>supressio</i> e <i>surrectio</i> no âmbito das relações familiares .....	124
7.4	A confiança nas relações familiares pessoais: o afeto como valor jurídico tutelável .....	129
8.	A função social da família.....	131
9.	Responsabilidade civil nas relações de família e o cabimento das medidas de tutela específicas, inclusive <i>astreintes</i> .....	133
10.	A perda de uma chance nas relações de família.....	139
11.	O procedimento especial dedicado às ações de família pelo Código de Processo Civil de 2015 .....	143
11.1	O cabimento do procedimento especial das ações de família e as suas exceções .....	143
11.2	Ressuscitando da mansão dos mortos: a ação de separação. ....	145
11.3	Especificidade do procedimento especial das ações de família: a mediação familiar obrigatória .....	147
11.4	O <i>iter</i> procedimental das ações de família.....	151
11.5	A intervenção do Ministério Público.....	153
11.6	Indícios de abuso ou alienação parental.....	155
11.7	A questão da revelia nas ações de família.....	156
11.8	Os poderes do juiz nas ações de família.....	157
11.9	A incidência da teoria da carga probatória dinâmica nas ações de família e a distribuição do ônus da prova.....	157
11.10	A desconsideração da personalidade jurídica nas ações de família.....	159
11.11	A interdisciplinaridade (multiprofissionalidade) nas ações de família.....	165
11.12	A excepcional possibilidade de utilização de prova ilícita nas ações de família.....	166
<b>Capítulo II ► O Casamento (A Família Matrimonializada) .....</b>		<b>173</b>
1.	Uma visão constitucional do casamento.....	174
2.	Estrutura jurídica do casamento.....	176
2.1	Noções conceituais .....	176
2.2	Finalidades do casamento .....	180
2.3	Natureza jurídica do casamento .....	183
2.4	Características do casamento.....	184
2.5	Prova do casamento .....	187
2.6	Os esposais (a promessa de casamento e os seus efeitos jurídicos) .....	189
2.7	Agências de casamento (corretagem matrimonial) .....	193
2.8	Modalidades de casamento e o modelo civil de casamento adotado pelo sistema brasileiro .....	194

2.9	Impedimentos matrimoniais .....	198
2.9.1	Noções conceituais .....	198
2.9.2	Oposição dos impedimentos matrimoniais .....	199
2.9.3	Classificação dos impedimentos .....	202
2.9.4	Impedimentos resultantes do parentesco .....	203
2.9.5	Impedimento resultante de casamento anterior (proibição da bigamia).....	208
2.9.6	Impedimento resultante da prática de crime.....	209
2.10	Causas suspensivas matrimoniais.....	210
2.10.1	Noções conceituais .....	210
2.10.2	Oposição das causas suspensivas.....	212
2.10.3	Causas suspensivas fundadas na confusão patrimonial.....	213
2.10.4	Causas suspensivas fundadas em confusão de sangue ( <i>turbatio sanguinis</i> ) .....	214
2.10.5	Causa suspensiva fundada em tutela ou curatela.....	214
2.10.6	Possibilidade de afastamento de causas suspensivas .....	215
2.11	A habilitação para o casamento.....	216
2.11.1	Lineamentos gerais sobre a habilitação para o casamento .....	216
2.11.2	A capacidade para o casamento e a possibilidade de suprimento judicial de idade e de consentimento.....	217
2.11.3	O procedimento de habilitação e as suas fases .....	221
2.12	Casamento de militares.....	226
2.13	Casamento dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro .....	227
2.14	Contrato de emprego entre cônjuges.....	228
3.	Existência, validade e eficácia do casamento.....	228
3.1	Os planos do mundo jurídico aplicáveis ao casamento .....	228
3.2	A existência do casamento.....	230
3.3	A validade do casamento.....	234
3.3.1	Generalidades.....	234
3.3.2	O casamento nulo (invalidade absoluta).....	236
3.3.3	O casamento anulável (invalidade relativa).....	239
3.3.4	Anulabilidade por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge.....	247
3.3.5	Quadro comparativo das características do casamento nulo e do anulável.....	250
3.3.6	O casamento putativo .....	251
4.	Celebração do casamento.....	253
4.1	Noções gerais .....	253
4.2	Formalidades da celebração .....	255
4.3	O momento da celebração.....	256
4.4	O casamento consular.....	258
4.5	O casamento religioso com efeitos civis posteriores .....	259
4.6	Conversão da união estável em casamento.....	261
4.7	Formas excepcionais de casamento: o casamento em iminente risco de vida e o casamento nuncupativo.....	264
5.	Efeitos jurídicos decorrentes do casamento .....	268
5.1	Generalidades.....	268
5.2	Efeitos sociais.....	269
5.3	Efeitos pessoais.....	272
5.3.1	Noções gerais .....	272

5.3.2	A possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge .....	274
5.3.3	Fixação do domicílio conjugal .....	277
5.3.4	Os direitos e deveres recíprocos.....	279
5.4	Efeitos patrimoniais .....	285
5.5	A não fluência de prazo prescricional entre cônjuges na constância do casamento e a possibilidade de usucapião conjugal (usucapião por abandono de lar).....	286
5.6	As relações jurídicas entre os cônjuges-empresários.....	292
<b>Capítulo III ► O Regime de Bens do Casamento.....</b>		<b>295</b>
1.	O regime de bens em perspectiva civil-constitucional .....	295
1.1	Os efeitos econômicos dentre as múltiplas consequências decorrentes do casamento..	295
1.2	Os efeitos econômicos do casamento e a possibilidade de controle através do regime de bens: o estatuto patrimonial do casamento .....	297
1.3	A teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana aplicada nas relações econômicas matrimoniais: o regime de bens à luz da normatividade constitucional.....	299
1.4	A análise econômica do Direito aplicável ao regime patrimonial das relações afetivas ...	302
1.5	A incidência da isonomia constitucional entre o homem e a mulher no regime de bens .....	304
2.	Lineamentos sobre o regime de bens.....	305
2.1	Noções conceituais sobre o regime de bens.....	305
2.2	Princípios norteadores do regime de bens .....	306
2.2.1	Generalidades.....	306
2.2.2	A liberdade de escolha do regime de bens .....	306
2.2.3	Variedade do regime de bens .....	318
2.2.4	Mutabilidade motivada do regime de bens .....	320
2.3	Eficácia do regime de bens no casamento.....	329
2.4	Regime de bens na união estável.....	330
2.5	A possibilidade de utilização da teoria da desconsideração da personalidade jurídica nas questões atinentes ao regime de bens e o procedimento judicial previsto no Código de Processo Civil de 2015 .....	331
3.	A administração de bens e a prática dos atos de disposição.....	336
3.1	A prática de atos jurídicos pelas pessoas casadas.....	336
3.2	Atos que independem do consentimento do consorte.....	337
3.3	A proteção dos terceiros de boa-fé.....	340
3.4	Atos que dependem do consentimento do cônjuge .....	341
3.4.1	A exigência de consentimento para determinados atos.....	341
3.4.2	(In)aplicabilidade da exigência de outorga do companheiro na união estável....	344
3.4.3	Inaplicabilidade às pessoas casadas em regime de separação absoluta de bens .....	347
3.4.4	Possibilidade de suprimento judicial do consentimento.....	348
3.4.5	A anulabilidade do ato praticado sem autorização do cônjuge e a impossibilidade de abuso do direito (a incidência do <i>venire contra factum proprium</i> – proibição de comportamento contraditório).....	349
3.4.6	Impossibilidade de gestão patrimonial por um dos consortes.....	353
4.	O pacto antenupcial .....	353
4.1	Noções conceituais, natureza jurídica e conteúdo.....	353
4.2	Formalidades essenciais e o registro em cartório de imóveis.....	357

4.3	Pacto antenupcial celebrado por nubentes menores de idade .....	359
4.4	Permissivo de dispensa de outorga do cônjuge no regime de participação final nos aquestos.....	360
4.5	Possibilidade de cláusula de acordo de procedimento (negócio jurídico processual atípico) no pacto antenupcial .....	361
5.	Os diferentes regimes de bens.....	362
5.1	Generalidades.....	362
5.2	O regime de comunhão parcial de bens.....	362
5.3	O regime de comunhão universal de bens .....	368
5.4	O regime de separação convencional ou absoluta de bens.....	373
5.5	O regime de participação final nos aquestos.....	379

#### **Capítulo IV ► A Dissolução do Casamento (O Divórcio)..... 383**

1.	Uma compreensão constitucional da dissolução do casamento: o direito de não permanecer casado .....	384
2.	A dissolução do casamento.....	388
2.1	Escoço histórico evolutivo da dissolução do casamento.....	388
2.2	Os antecedentes da Emenda Constitucional n. 66/10.....	389
2.3	O sistema de dissolução do casamento: unificado ou dualista?.....	391
2.4	Um réquiem para a separação: se ainda não morreu, está moribunda.....	394
2.5	Hipóteses de cabimento da separação (se admitida a sua incidência, na forma do Código de Processo Civil de 2015) .....	399
2.6	Questões intertemporais para a hipótese de eliminação da separação do sistema jurídico brasileiro .....	401
2.7	A separação de corpos como medida jurídica possível e a possibilidade de mandado de distanciamento .....	402
2.8	A importância da separação de fato como um instrumento idôneo para cessar efeitos jurídicos do casamento (teoria da primazia da realidade afetiva).....	406
2.9	A dissolução do casamento pela morte .....	409
2.10	A morte presumida como causa dissolutória do casamento.....	411
3.	O divórcio .....	413
3.1	O divórcio em perspectiva histórica e em leitura civil-constitucional.....	413
3.2	Noções conceituais .....	416
3.3	Requisito constitucional único para o divórcio .....	418
3.4	Objeto cognitivo da ação de divórcio e a possibilidade de resolução parcial do mérito da causa (art. 356 do Código de Processo Civil de 2015).....	418
3.5	Superação do regime diferenciado do divórcio.....	422
3.6	O divórcio litigioso e o divórcio consensual .....	422
3.7	O divórcio consensual.....	423
3.7.1	Generalidades.....	423
3.7.2	O divórcio consensual em juízo.....	423
3.7.3	O divórcio consensual por escritura pública (o divórcio administrativo).....	428
3.8	O divórcio litigioso .....	433
4.	Características (materiais e processuais) do divórcio (aplicáveis também à separação) .....	435
5.	Situações patrimoniais controvertidas no divórcio.....	446
5.1	A possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica no divórcio e o procedimento especial estabelecido pelo Código de Processo Civil de 2015 .....	446
5.2	Outras controvérsias patrimoniais relevantes .....	451

<b>Capítulo V ► A União Estável (A Família Convencional) .....</b>	<b>457</b>
1. Uma mirada civil-constitucional sobre a união estável.....	458
2. Escorço histórico: a união estável na lente da jurisprudência brasileira.....	464
3. A união estável, o concubinato e a sociedade de fato: distinções necessárias .....	470
3.1 A união livre e a sociedade de fato.....	470
3.2 O concubinato, o seu tratamento jurídico e as vedações do sistema legal: inadmissibilidade de simultaneidade de núcleos familiares pelo sistema jurídico.....	472
3.3 A união estável.....	478
3.4 O poliamorismo e a possibilidade de caracterização de uma união estável putativa .....	480
4. Elementos caracterizadores da união estável.....	482
4.1 Noções gerais .....	482
4.2 O intuito familiae (ânimo de constituir uma família) .....	483
4.3 A questão da dualidade de sexos e as uniões de pessoas do mesmo sexo (as uniões homoafetivas).....	486
4.4 A estabilidade.....	489
4.5 A continuidade .....	490
4.6 A publicidade .....	490
4.7 A ausência de impedimentos matrimoniais e não incidência das causas suspensivas.....	492
4.8 A união estável putativa e a possibilidade excepcional de simultaneidade de núcleos familiares.....	493
5. Efeitos pessoais da união estável.....	496
5.1 As relações pessoais entre os companheiros .....	496
5.2 Os deveres recíprocos entre os companheiros e a dispensa da coabitação .....	499
5.3 Direito ao uso do sobrenome do companheiro.....	502
5.4 Estabelecimento de vínculo de parentesco por afinidade .....	503
5.5 Adoção por companheiros em união estável .....	503
5.6 Exercício da curatela pelo companheiro na ação de interdição e na ação declaratória de ausência.....	504
5.7 Sub-rogação e retomada na locação de imóvel urbano .....	505
5.8 A questão da indenização por descumprimento dos deveres pessoais entre os companheiros (a responsabilidade civil na união estável) .....	506
5.9 Enquadramento como herdeiro necessário.....	507
5.10 Impedimento para testemunhar.....	508
6. Efeitos patrimoniais.....	509
6.1 As consequências econômicas da união estável .....	509
6.2 O regime de bens e o direito à meação .....	510
6.3 O contrato de convivência na união estável e seus efeitos.....	518
6.3.1 Contornos gerais do contrato de convivência.....	518
6.3.2 A celebração do contrato de convivência e a sua modificabilidade.....	518
6.3.3 Eficácia do pacto convencial.....	519
6.3.4 Conteúdo.....	521
6.3.5 O contrato de namoro e os seus efeitos sobre a união estável.....	522
6.3.6 O contrato de convivência e os companheiros sócios.....	523
6.4 Alimentos na união estável .....	524
6.5 A sucessão entre os companheiros.....	526
6.6 O direito real de habitação.....	529
6.7 Direito aos benefícios previdenciários.....	531

6.8	Direito à inventariança.....	531
6.9	Efeitos tributários.....	532
6.10	Impenhorabilidade do bem de família .....	532
7.	Conversão da união estável em casamento.....	533
8.	Aspectos processuais da união estável.....	536
8.1	A competência da vara de família para processar e julgar ações atinentes à união estável.....	536
8.2	Segredo de justiça, revelia e inexistência de foro privilegiado em favor da companheira pela simples condição de mulher .....	538
8.3	Intervenção do Ministério Público .....	539
9.	Ações típicas da união estável .....	539
9.1	Generalidades.....	539
9.2	Reconhecimento e dissolução de união estável .....	539
9.3	Ação de petição de herança .....	541
9.4	Ações possessórias.....	541
9.5	Alimentos .....	542
9.6	Embargos de terceiros.....	542
10.	União estável, direito intertemporal e a aquisição de bens em diferentes momentos .....	543
<b>Capítulo VI ► O Parentesco .....</b>		<b>545</b>
1.	O parentesco na perspectiva civil-constitucional.....	545
2.	A estrutura elementar do parentesco.....	549
2.1	Prolegômenos .....	549
2.2	Noções conceituais sobre o parentesco .....	551
2.3	O vínculo parental: linhas e graus .....	553
2.4	Efeitos jurídicos decorrentes do parentesco.....	556
3.	As espécies de parentesco.....	559
3.1	Espécies de parentesco.....	559
3.2	O parentesco por afinidade.....	561
3.3	O parentesco e a obrigação alimentar.....	566
<b>Capítulo VII ► A Filiação e o Reconhecimento de Filhos.....</b>		<b>569</b>
1.	A filiação à luz do de uma interpretação conforme a constituição .....	570
2.	Noções elementares sobre a filiação .....	573
2.1	Noções conceituais sobre a filiação.....	573
2.2	Breve referência histórica sobre a filiação: um histórico de desigualdades.....	576
2.3	A prova da filiação e a admissibilidade da posse do estado de filho .....	578
2.4	A filiação decorrente de gestação em útero alheio ("barriga de aluguel") .....	583
2.5	A questão da responsabilidade civil na filiação.....	587
2.6	O parto anônimo (roda dos enjeitados) e a questão filiatória .....	591
2.7	A filiação e o planejamento familiar garantido constitucionalmente .....	597
3.	Critérios determinantes da filiação.....	599
3.1	Generalidades.....	599
3.2	Critério da presunção legal (a presunção <i>pater is est</i> ).....	601
3.2.1	O significado e o alcance da presunção <i>pater is est</i> .....	601
3.2.2	A efetiva incidência da presunção de paternidade na união estável como mecanismo de garantia da igualdade entre os filhos.....	603

3.2.3	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação natural (mecanismo sexual) ....	606
3.2.4	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação assistida .....	608
3.2.5	A possibilidade de negar a filiação presumida por lei (ação negatória de paternidade ou maternidade).....	617
3.3	Critério biológico (exame DNA).....	621
3.4	Critério afetivo (a filiação socioafetiva).....	624
3.5	A multiparentalidade ou pluriparentalidade (teoria tridimensional aplicada à filiação)...	631
3.6	A coparentalidade e os seus efeitos jurídicos .....	635
4.	O reconhecimento de filhos.....	637
4.1	Breve esboço histórico sobre o reconhecimento de um filho .....	637
4.2	Noções gerais sobre o reconhecimento de filhos .....	638
4.3	O reconhecimento voluntário de filhos .....	639
4.4	O procedimento (administrativo) de averiguação oficiosa .....	647
4.5	O reconhecimento forçado de filhos (a ação de investigação de parentalidade).....	650
4.5.1	Noções gerais .....	650
4.5.2	A investigação de parentalidade (e não somente de paternidade) .....	650
4.5.3	A investigação de parentalidade e a investigação de origem genética (investigação de origem ancestral): distinções relevantes .....	651
4.5.4	Possibilidade de uso das ações relativas ao estado filiatório pelos filhos e pelos pais.....	654
4.5.5	Impossibilidade de limitação das hipóteses de admissibilidade (fundamentos da ação) e o cabimento da investigação de parentalidade socioafetiva .....	656
4.5.6	Natureza jurídica das ações filiatórias.....	658
4.5.7	Imprescritibilidade.....	658
4.5.8	Possibilidade de cumulação com outros pedidos.....	659
4.5.9	Legitimidade ativa.....	660
4.5.10	Legitimidade passiva .....	667
4.5.11	Litisconsórcio .....	669
4.5.12	Intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica ( <i>custos juris</i> )....	670
4.5.13	Competência.....	671
4.5.14	A resposta do réu e a <i>exceptio plurium concubentium</i> .....	672
4.5.15	A revelia nas ações investigatórias e os seus efeitos.....	673
4.5.16	A prova nas ações investigatórias de parentalidade.....	674
4.5.17	A sentença nas ações filiatórias, a fixação de alimentos e o registro do sobrenome de família.....	683
4.5.18	Recursos e os seus efeitos.....	685
4.5.19	A desistência nas ações investigatórias de parentalidade.....	688
4.5.20	A coisa julgada nas ações filiatórias.....	689
	<b>Capítulo VIII ► A Guarda de filhos .....</b>	<b>693</b>
1.	A guarda de filhos em visão conforme a Constituição.....	694
2.	O regime dualista da guarda no sistema jurídico brasileiro.....	695
3.	A guarda de filhos e o melhor interesse da criança ou adolescente.....	699
4.	A guarda de filhos no Código Civil: unilateral e compartilhada.....	701
5.	A guarda compartilhada .....	705
5.1	Noções gerais sobre a guarda compartilhada .....	705
5.2	Crítérios para o compartilhamento da guarda .....	707

5.3	Separando o joio do trigo: distinções relevantes entre a guarda compartilhada e a guarda alternada e suas possibilidades .....	710
5.4	A possibilidade de compartilhamento da guarda nas demandas litigiosas: da normatividade expressa para além do texto codificado.....	712
5.5	Guarda compartilhada com pais residindo em locais diferentes .....	716
5.6	Guarda compartilhada e pluriparentalidade .....	717
6.	O apadrinhamento de criança e adolescente como mecanismo de inclusão social, prioridade absoluta e proteção integral e a sua distinção com a guarda.....	718

## **Capítulo IX ► Os Alimentos..... 723**

1.	Os alimentos na visão civil-constitucional .....	724
1.1	Os alimentos na perspectiva do direito civil-constitucional: instrumento de afirmação da dignidade da pessoa humana .....	724
1.2	Os alimentos como expressão do princípio constitucional da solidariedade e do direito social à alimentação.....	725
2.	Noções gerais sobre os alimentos .....	728
2.1	Noções conceituais e natureza jurídica.....	728
2.2	Características.....	729
2.2.1	Generalidades.....	729
2.2.2	Caráter personalíssimo .....	730
2.2.3	Irrenunciabilidade.....	730
2.2.4	Atualidade.....	733
2.2.5	Futuridade.....	734
2.2.6	Imprescritibilidade.....	734
2.2.7	(In)Transmissibilidade.....	735
2.2.8	A não solidariedade da obrigação alimentícia e a possibilidade de convocação dos demais coobrigados (CC, art. 1.698) .....	738
2.2.9	Irrepetibilidade e o descabimento da suspensão automática do pensionamento.....	745
2.2.10	Incompensabilidade .....	747
2.2.11	Impenhorabilidade.....	748
2.3	Dever e obrigação alimentar: um bosquejo distintivo.....	750
2.4	Sujeito ativo e sujeito passivo dos alimentos.....	751
2.4.1	Noções gerais sobre os sujeitos da obrigação alimentar .....	751
2.4.2	Alimentos entre cônjuges.....	751
2.4.3	Alimentos entre companheiros (os alimentos na união estável).....	762
2.4.4	Alimentos decorrentes do parentesco .....	763
2.5	Fixação do quantum alimentício (o trinômio necessidade de quem recebe × capacidade contributiva de quem paga × proporcionalidade).....	786
2.6	A indignidade do alimentando (credor) e os seus possíveis efeitos jurídicos .....	788
3.	Espécies de alimentos (classificação dos alimentos) .....	790
3.1	Generalidades.....	790
3.2	Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios.....	790
3.3	Quanto à natureza: civis e naturais (para a subsistência).....	791
3.4	Quanto ao momento procedimental para a sua concessão: provisórios e definitivos .....	792
3.5	Alimentos transitórios.....	794
4.	Aspectos processuais dos alimentos .....	796
4.1	Noções gerais sobre as características procedimentais dos alimentos.....	796

4.2	Competência para processar e julgar a ação de alimentos.....	797
4.3	A legitimidade para as ações relacionadas aos alimentos, inclusive do Ministério Público .....	798
4.4	O procedimento na ação de alimentos.....	801
4.4.1	Petição inicial .....	801
4.4.2	Despacho liminar e os alimentos provisórios.....	802
4.4.3	A citação do réu e os seus efeitos .....	803
4.4.4	Audiência única de conciliação, instrução e julgamento.....	803
4.4.5	Intervenção do Ministério Público como custos juris (fiscal da ordem jurídica)...	805
4.4.6	A sentença e o cálculo do valor da pensão alimentícia.....	806
4.4.7	A possibilidade de fixação de alimentos com base na teoria da aparência (sinais externos de riqueza).....	810
4.4.8	Recurso cabível .....	811
4.4.9	A coisa julgada na ação de alimentos .....	812
4.5	A possibilidade de revisão dos alimentos e o âmbito de cabimento da ação revisional .	813
4.6	A ação de oferta de alimentos.....	815
4.7	A ação de exoneração de alimentos e as suas peculiaridades procedimentais.....	817
4.8	Os alimentos internacionais.....	820
4.9	A aplicação da teoria da desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica ( <i>disregard doctrine</i> ) no âmbito alimentício e o procedimento especial previsto no Código de Processo Civil de 2015.....	821
5.	A execução dos alimentos .....	826
5.1	A efetivação dos alimentos e as idiosincrasias da sua execução: medidas disponibilizadas para a efetivação da obrigação alimentar .....	826
5.2	Execução de alimentos decorrentes de título extrajudicial .....	830
5.3	Execução de alimentos decorrentes de título judicial (cumprimento de decisão judicial que arbitrou alimentos) .....	832
5.4.	A prisão civil do devedor de alimentos .....	835
5.5	A questão da execução dos alimentos pretéritos na visão clássica jurisprudencial e doutrinária e à luz da técnica de ponderação de interesses constitucionais.....	837
6.	A prestação de contas em alimentos .....	840
7.	A possibilidade de ação de reembolso de despesas com a manutenção de filho comum.....	844
8.	O abuso do direito e os alimentos .....	846
<b>Capítulo X ► O Bem de Família .....</b>		<b>851</b>
1.	O bem de família como consequência da teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito constitucional ao mínimo existencial) .....	852
2.	O bem de família no direito brasileiro.....	855
2.1	A dualidade de regimes.....	855
2.2	O valor da família e a proteção do imóvel do devedor sozinho.....	857
2.3	Natureza jurídica do bem de família .....	859
3.	O bem de família convencional.....	859
3.1	Noções conceituais .....	859
3.2	Extensão da proteção .....	860
3.3	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário.....	861
3.4	Legitimação para a instituição do bem de família convencional .....	862
3.5	Duração.....	862
3.6	A questão da solvência do instituidor .....	863

3.7	O Ministério Público e o bem de família .....	863
4.	O bem de família legal.....	864
4.1	Noções conceituais e a proteção do imóvel de menor valor se o devedor titularizar mais de um bem residencial.....	864
4.2	Alargamento do objeto.....	866
4.3	Constitucionalidade do regime legal do bem de família.....	870
4.4	Característica do bem de família legal.....	871
4.5	A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor.....	871
4.6	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal.....	877
4.7	Retroatividade.....	883
4.8	Ampla compreensão do núcleo familiar e a (des)necessidade de fixação de residência efetiva.....	884
4.9	Alegação no processo.....	886
5.	Redefinindo o bem de família legal: o bem da pessoa humana como expressão de seu patrimônio mínimo (o bem de família da pessoa humana sozinha).....	887

## **Capítulo XI ► A Tutela e a Curatela dos Interditos (Institutos Protetivos Complementares da Família) ..... 891**

1.	Institutos protetivos da família na ótica civil-constitucional.....	892
2.	A tutela.....	893
2.1	A tutela como instrumento de concretização da proteção integral constitucionalmente dedicada à criança e ao adolescente (e estendida ao jovem, pela Emenda Constitucional n. 65/10).....	893
2.2	Noções conceituais sobre a tutela à luz dos valores constitucionais infantojuvenis.....	895
2.3	Modalidades de tutela.....	897
2.4	Manifestação de vontade do tutelado.....	901
2.5	Incapacidade para a tutela.....	902
2.6	Escusa dos tutores.....	903
2.7	Garantia da tutela.....	906
2.8	O protutor.....	907
2.9	Ação de nomeação de tutor.....	908
2.10	Exercício da tutela.....	912
2.10.1	Generalidades.....	912
2.10.2	O exercício da tutela em relação à pessoa do tutelado.....	913
2.10.3	O exercício da tutela em relação ao patrimônio do tutelado.....	914
2.11	Responsabilidade judicial na tutela.....	916
2.12	Responsabilidade do tutor pelo dano causado pelo tutelado (responsabilidade pelo fato de terceiro).....	917
2.13	Prestação de contas.....	918
2.14	Extinção da tutela.....	920
3.	A curatela.....	922
3.1.	A personalidade e a capacidade jurídica.....	922
3.2.	Noções gerais sobre a capacidade jurídica.....	925
3.3	A distinção entre a capacidade jurídica e a legitimação.....	926
3.4	A capacidade de direito e a capacidade de fato.....	926
3.5	A nova teoria das incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	927

3.6	O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil .....	933
3.7	Hipóteses de incapacidades (à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência).....	939
3.8	As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA).....	946
3.9	A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal do Estatuto da Pessoa com Deficiência) .....	951
3.10	Críticas (justas) à nova teoria das incapacidades.....	952
3.11	O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela.....	955
3.11.1	As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a curatela em visão civil-constitucional) .....	955
3.11.2	A extensão da curatela e os seus exclusivos limites patrimoniais e negociais (impossibilidade de curatela situações existenciais).....	958
3.11.3	A ação de curatela .....	961
3.12	A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela .....	978
3.13	Crítica ao sistema de incapacidades do Código Civil: uma nova perspectiva .....	979
3.14	A curatela especial do nascituro .....	980
<b>Capítulo XII ► A Adoção e o seu Regime Jurídico .....</b>		<b>983</b>
1.	Uma visão constitucional da adoção .....	984
2.	Generalidades sobre a adoção.....	986
2.1	Noções conceituais .....	986
2.2	Dualidade de sistemas jurídicos.....	988
2.3	A relevância do consentimento e hipóteses de dispensa.....	990
2.4	O estágio de convivência .....	993
2.5	Legitimidade para a adoção .....	994
2.6	A adoção unilateral e a adoção por duas pessoas .....	997
2.7	A adoção pelo par homoafetivo .....	1000
2.8	A adoção “à brasileira”.....	1003
2.9	(Im)Possibilidade da adoção de nascituro e de embriões.....	1004
2.10	A adoção póstuma .....	1005
2.11	O direito ao parto anônimo (parto em sigilo) e a sua correlação com a adoção.....	1007
2.12	Efeitos jurídicos da adoção.....	1009
2.13	A possibilidade de mudança de nome na adoção .....	1010
2.14	O desligamento do núcleo familiar: a irrevogabilidade e irretratibilidade da adoção e a possibilidade excepcional de derrotabilidade da regra legal.....	1012
3.	Aspectos processuais da adoção .....	1015
3.1	Generalidades: o procedimento judicial de adoção.....	1015
3.2	Competência.....	1017
3.3	A atuação do Ministério Público .....	1018
3.4	O cadastro e a o procedimento de habilitação dos pretendentes à adoção .....	1019
3.5	A sentença no procedimento de adoção.....	1023
3.6	O sistema recursal da ação de adoção e a possibilidade de juízo de retratação.....	1024
4.	A possibilidade de apadrinhamento de criança e adolescente em programa de acolhimento familiar ou institucional.....	1024
5.	A sistemática da adoção internacional.....	1027
<b>Bibliografia .....</b>		<b>1029</b>

Cristiano Chaves de Farias  
Nelson Rosenvald

Curso de **DIREITO  
CIVIL**

**10<sup>a</sup>**

Edição

REVISTA  
ATUALIZADA  
AMPLIADA

Successões

**7**

2024

 EDITORA  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Isabella Giordano ([giordano.bella@gmail.com](mailto:giordano.bella@gmail.com))

**Capa:** Ana Caquetti

F224c Farias, Cristiano Chaves de  
Curso de Direito Civil - v.7 – Sucessões / Cristiano Chaves de Farias e Nelson  
Rosenvald – 10.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.  
672 p.

Inclui Bibliografia.  
ISBN 978-85-442-4938-3.

1. Direito Civil. 2. Direito das Sucessões. I. Farias, Cristiano Chaves de. II. Rosenvald,  
Nelson. III. Título.

CDD 342.1

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL  
Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>21</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>23</b>
<b>Capítulo I ► Introdução ao Direito das Sucessões .....</b>	<b>25</b>
1. A sucessão enquanto fenômeno jurídico.....	26
2. Objeto da sucessão hereditária ( <i>causa mortis</i> ): a transmissão patrimonial .....	28
2.1. A transmissão das relações jurídicas patrimoniais em razão da morte do titular e a não transmissão das relações personalíssimas .....	28
2.2. Exceções à regra geral da transmissibilidade das relações patrimoniais .....	30
2.3. A questão da (in)transmissibilidade dos alimentos no campo sucessório.....	34
2.4. A situação especial das obrigações propter rem.....	37
2.5. Contas bancárias conjuntas .....	38
2.6. Seguro de vida.....	39
2.7. A herança digital: a interessante transmissão dos bens digitais.....	40
2.8. As milhas aéreas, as pontuações de programas de fidelidade e a sucessão do titular.....	44
3. O direito das sucessões .....	46
3.1. O Direito Civil entrecortado pela norma constitucional: a dignidade humana como motor de impulsão da ordem jurídica.....	46
3.2. A sucessão na perspectiva constitucional .....	47
3.3. O Direito das Sucessões na perspectiva de inclusão e garantismo do Direito das Famílias e um histórico desalinhamento entre as relações familiares e sucessórias.....	48
3.4. Noções conceituais sobre o Direito das Sucessões a partir da propalada bipartição das normas jurídicas (normas-regras e normas-princípios).....	50
3.5. A função social da sucessão.....	52
3.6. Fundamentos justificadores do Direito das Sucessões.....	54
3.7. Conteúdo do Direito das Sucessões.....	56
4. Terminologias essenciais.....	57
4.1. Autor da herança ou de <i>cujus</i> .....	57
4.2. Sucessor: herdeiro ou legatário .....	58
4.3. Herdeiro legítimo (necessário ou facultativo) e herdeiro testamentário.....	59
4.4. A legítima (garantia mínima reservada aos herdeiros necessários) em uma necessária visão crítica .....	63
4.4.1. Noções gerais sobre a legítima.....	63
4.4.2. Fundamentação da legítima e os seus diferentes tratamentos jurídicos.....	64
4.4.3. Cálculo da legítima.....	67
4.4.4. Proposições para a mitigação da legítima através da técnica de derrotabilidade das normas-regras .....	68
4.4.5. A preservação da legítima e a doação inoficiosa.....	72
4.4.6. A possibilidade de renúncia antecipada à legítima em contratos de casamento ou união estável .....	75

4.5. Herdeiro universal .....	76
4.6. Herança e espólio .....	77
4.7. Herança e meação .....	79
4.8. Herança e a aceitação com benefício de inventário .....	80
4.9. Inventário e partilha .....	81
5. A desconsideração da personalidade jurídica no direito das sucessões .....	83
6. O planejamento sucessório .....	88

## **Capítulo II ► Elementos genéricos do Direito das Sucessões (a sucessão em geral) ..... 97**

1. Linhas gerais sobre a morte .....	98
1.1. Prolegômenos sobre os efeitos jurídicos decorrentes da morte .....	98
1.2. A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro .....	100
1.3. A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência) .....	102
1.4. O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou <i>living will</i> ) .....	105
1.5. A comoriência .....	112
1.6. A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial .....	115
2. A transmissão automática da herança (abertura da sucessão).....	122
2.1. A abertura da sucessão .....	122
2.2. Outros efeitos decorrentes da transmissão automática ( <i>saisine</i> ) .....	128
2.2.1. Generalidades.....	128
2.2.2. Fixação da norma material sucessória .....	128
2.2.3. Verificação da legitimação sucessória.....	131
2.2.4. O cálculo da legítima .....	132
2.3. O lugar da sucessão e as regras de competência para processar e julgar o inventário e a incidência da norma sucessória mais favorável ao herdeiro brasileiro .....	136
3. A ordem de vocação hereditária e a legitimação para suceder .....	142
3.1. Prolegômenos sobre a legitimação sucessória.....	142
3.2. Momento para a aferição da legitimação sucessória .....	144
3.3. A legitimação para suceder no Código Civil e a tutela sucessória do nascituro e do embrião laboratorial .....	145
3.4. Legitimação para suceder por testamento.....	151
3.5. A falta de legitimação para a sucessão testamentária .....	155
4. A indignidade e a deserdação.....	163
4.1. Noções gerais e lineamento histórico sobre a indignidade e a deserdação .....	163
4.2. Natureza jurídica da indignidade e da deserdação .....	164
4.3. A questão do reconhecimento judicial .....	166
4.4. Efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da indignidade e da deserdação .....	168
4.5. O indigno ou deserdado como um herdeiro aparente e a proteção de terceiros de boa-fé .....	171
4.6. A indignidade .....	172
4.6.1. Generalidades .....	172
4.6.2. Pontos de afinidade entre a indignidade e a deserdação .....	174
4.6.3. Distinção comparativa entre indignidade e deserdação.....	175

4.6.4.	A (não) taxatividade das hipóteses de indignidade previstas em lei (CC, art. 1.814): a questão da interpretação restritiva das hipóteses de indignidade e a tese da tipicidade finalística .....	176
4.6.5.	Hipóteses de cabimento .....	182
4.6.6.	Reabilitação do indigno (perdão do ofendido) .....	189
4.7.	A deserdação .....	193
4.7.1.	Noções gerais .....	193
4.7.2.	Alcance subjetivo da deserdação: os herdeiros necessários.....	195
4.7.3.	Pressupostos da deserdação.....	200
4.7.4.	Causas deserdativas dos herdeiros necessários .....	204
4.7.5.	A deserdação <i>bona mente</i> ( <i>pro bono</i> ).....	211
4.7.6.	O perdão do ofendido (reabilitação do deserdado).....	213
5.	A cessão de direitos hereditários (cessão de herança) .....	213
5.1.	Noções conceituais sobre a cessão de direitos hereditários.....	213
5.2.	Direito de preferência ou prelação (preempção) e o procedimento da ação de preferência.....	215
5.3.	Requisitos para a cessão de direitos hereditários.....	225
5.4.	Extensão das responsabilidades do cedente e do cessionário .....	229
5.5.	Efeitos da cessão de direitos hereditários.....	231
6.	A aceitação da herança .....	232
6.1.	Breve esboço histórico.....	232
6.2.	Noções conceituais .....	233
6.3.	Aceitação da herança com benefício de inventário .....	235
6.4.	Natureza jurídica da aceitação e as suas características (irrevogabilidade e irretroatividade) .....	236
6.5.	Integralidade da aceitação .....	239
6.6.	Formas de aceitação da herança.....	240
6.7.	Direito de deliberar sobre a aceitação da herança .....	242
7.	A renúncia da herança.....	245
7.1.	Generalidades e noções conceituais .....	245
7.2.	Requisitos da renúncia da herança .....	247
7.3.	Efeitos da renúncia da herança.....	251
7.4.	Natureza jurídica e características (a irrevogabilidade e anulabilidade da renúncia).....	254
7.5.	Impossibilidade de prejuízo aos credores do renunciante (limitações à liberdade de renunciar) .....	255
7.6.	Descaracterização da renúncia (inadmissibilidade de renúncia translativa) .....	259
8.	A petição de herança .....	260
8.1.	Noções gerais sobre a petição de herança.....	260
8.2.	Natureza jurídica da ação de petição de herança .....	263
8.3.	Legitimados para a ação de petição de herança .....	265
8.4.	O objeto da petição de herança.....	267
8.5.	A prescribibilidade da pretensão de petição de herança.....	268
8.6.	Efeitos da petição de herança .....	274
8.7.	A petição de herança e o herdeiro aparente .....	276

**Capítulo III ► A sucessão legítima (a sucessão operada por força de lei) ..... 281**

1. Noções gerais e históricas sobre a sucessão legítima .....	282
2. A ordem de vocação hereditária como referência da sucessão legítima .....	286
3. A herança jacente e a herança vacante .....	295
3.1. Generalidades: a sucessão sem herdeiro legítimo ou instituído (testamentário) .....	295
3.2. A herança jacente .....	297
3.3. A herança vacante .....	298
3.4. Abertura simplificada da vacância .....	301
3.5. Direito de cobrança de créditos .....	301
4. A sucessão por direito próprio (por cabeça) e a sucessão por representação (por estirpe) .....	302
4.1. Noções gerais sobre a sucessão por direito próprio e a sucessão por representação .....	302
4.2. Fundamentos da sucessão por representação .....	304
4.3. Campo de aplicação da sucessão por representação .....	304
4.4. Linhas de incidência da sucessão por representação .....	306
4.5. Uma proposta interpretativa: sucessão por representação em caso de comoriência entre pais e filhos .....	308
4.6. Pressupostos para a sucessão por representação .....	309
4.7. Efeitos da sucessão por representação .....	311
5. A sucessão dos descendentes .....	312
5.1. Generalidades sobre a sucessão dos descendentes .....	312
5.2. Regras fundamentais norteadoras da sucessão dos descendentes .....	313
5.3. A sucessão dos descendentes e a tese da pluri paternidade .....	317
6. A sucessão dos ascendentes .....	319
7. A sucessão do cônjuge .....	323
7.1. Generalidades sobre a sucessão do cônjuge .....	323
7.2. A sucessão do cônjuge na sistemática do Código Civil .....	327
7.3. A exclusão sucessória do cônjuge na hipótese de separação de fato, independentemente de lapso temporal .....	330
7.4. A suposta (e inexistente) concorrência sucessória entre o cônjuge sobrevivente e o companheiro supérstite .....	333
7.5. A concorrência do cônjuge ou companheiro com os descendentes do autor da herança .....	334
7.5.1. Fundamentos da concorrência entre o cônjuge ou companheiro e os descendentes .....	334
7.5.2. A correlação entre a concorrência sucessória do cônjuge ou companheiro e dos descendentes e o regime de bens do casamento do falecido (hipóteses de exclusão do direito à herança) .....	335
7.5.3. A ilógica concorrência do cônjuge ou companheiro em regime de separação absoluta de bens com os descendentes do falecido .....	340
7.5.4. Base de cálculo do direito hereditário do cônjuge ou companheiro na concorrência com os descendentes .....	348
7.5.5. Percentual sucessório cabível ao cônjuge ou companheiro na concorrência com os descendentes .....	350
7.6. A concorrência do cônjuge ou companheiro com os ascendentes do autor da herança .....	352
7.7. O cônjuge ou companheiro como herdeiro universal (sucessão do cônjuge sem concorrência) .....	355
7.8. O direito real de habitação do cônjuge ou companheiro .....	357

8. A sucessão do companheiro.....	364
8.1. Breve esboço evolutivo da união estável: vencendo um histórico de desigualdades.....	364
8.2. A necessidade de compreensão da norma sucessória da união estável em conformidade com a arquitetura constitucional da matéria.....	367
8.3. O sistema sucessório da união estável na redação originária do Código Civil.....	370
8.4. O reconhecimento da inconstitucionalidade do sistema sucessório do companheiro e a aplicação das regras hereditárias do cônjuge .....	372
8.5. Críticas (merecidas) ao sistema sucessório do casamento e da união estável consagrado pelo Supremo Tribunal Federal .....	377
8.6. Necessidade de prova da qualidade de companheiro para a reclamação de direitos sucessórios.....	379
8.7. Inexistência de concorrência entre o companheiro e os colaterais.....	380
8.8. O caráter residual da herança jacente e vacante e a não concorrência entre o companheiro e a Fazenda Pública.....	381
8.9. O direito real de habitação do companheiro sobrevivente .....	383
8.10. O concubinato, a união estável putativa e a (in)existência de direito sucessório .....	385
8.11. Regra de transição para a aplicação do sistema sucessório do casamento na união estável.....	389
9. A sucessão dos colaterais .....	392

#### **Capítulo IV ► A sucessão testamentária (a sucessão de acordo com a vontade do titular do patrimônio)..... 397**

1. Lineamentos sobre o testamento.....	398
1.1. Breve esboço evolutivo.....	398
1.2. A pouca utilização prática da sucessão testamentária.....	401
1.3. A liberdade de dispor sob a perspectiva civil-constitucional e a (im)possibilidade de renúncia antecipada à herança.....	403
2. Noções conceituais, objeto e características do testamento .....	405
2.1. Noções conceituais sobre o testamento .....	405
2.2. O objeto do testamento e as possibilidades de outras disposições de vontade .....	407
2.3. A função promocional do testamento (possibilidade de disposições existenciais em testamento): atos de disposição do próprio corpo, disposições de carga genética e manifestações literárias biográficas post mortem.....	408
2.4. A natureza não testamentária do testamento vital ( <i>living will</i> ou diretivas antecipadas) ....	412
2.5. Características fundamentais do testamento .....	415
2.6. A proibição do pacto sucessório .....	420
3. Capacidade testamentária .....	422
3.1. Lineamentos gerais.....	422
3.2. A capacidade testamentária ativa (legitimação para testar).....	423
3.3. Momento de verificação da capacidade testamentária ativa .....	429
3.4. A capacidade testamentária passiva (a legitimação para suceder).....	430
3.5. Prazos especiais para a impugnação do testamento e das cláusulas testamentárias (regras testamentárias distintas da teoria geral dos negócios jurídicos) .....	430
4. As diferentes formas testamentárias .....	433
4.1. Referências gerais e a necessidade de aproveitamento da vontade, com eventual mitigação das formalidades testamentárias .....	433
4.2. O testamento elaborado por meio eletrônico .....	437

4.3. As testemunhas testamentárias .....	438
4.4. Testamento público .....	441
4.5. Testamento cerrado, secreto ou místico.....	446
4.6. Testamento particular ou hológrafo (inteiramente escrito pelo testador) .....	450
4.7. Testamentos especiais: marítimo/aeronáutico .....	454
4.8. Testamentos especiais: militar .....	456
4.9. A exigência de prévia chancela judicial para o cumprimento de testamentos .....	458
4.10. A cláusula geral de possibilidade de celebração de negócio jurídico atípico pelos interessados com alteração do procedimento e a sua aplicação à facilitação da ação de cumprimento de testamento .....	461
4.11. A possibilidade de alteração do procedimento sucessório de cumprimento de testamento e de inventário .....	463
5. O codicilo .....	467
5.1. Prolegômenos .....	467
5.2. Noções conceituais .....	468
5.3. Objeto do codicilo .....	470
5.4. Revogação do codicilo .....	472
6. As cláusulas testamentárias.....	473
6.1. Introdução: as disposições testamentárias .....	473
6.2. A nulidade das cláusulas derogatórias .....	474
6.3. Cláusulas testamentárias submetidas aos elementos acidentais (condição, termo e encargo) .....	475
6.4. Interpretação das disposições testamentárias .....	480
6.5. Invalidez das disposições testamentárias .....	482
6.6. Nomeação por certo motivo.....	489
6.7. Cláusulas testamentárias restritivas .....	490
6.7.1. Generalidades .....	490
6.7.2. Extensão do poder de clausular do testador: a parte disponível e a legítima.....	493
6.7.3. Mitigação das cláusulas restritivas .....	498
6.7.4. Extensão temporal da cláusula restritiva .....	501
7. A redução das cláusulas testamentárias .....	502
8. O direito de acrescer.....	506
8.1. Lineamento da matéria.....	506
8.2. O direito de acrescer no campo sucessório .....	508
8.3. Condições exigidas para o direito de acrescer entre coerdeiros.....	510
8.4. Condições exigidas para o direito de acrescer entre colegatários.....	512
8.5. Direito de acrescer no legado de usufruto .....	513
9. O testamenteiro .....	514
9.1. Noções gerais .....	514
9.2. Funções do testamenteiro.....	516
9.3. Aceitação do encargo pelo testamenteiro .....	518
9.4. Remuneração do testamenteiro .....	519
10. A substituição testamentária .....	521
10.1. Prolegômenos sobre a possibilidade de substituição testamentária .....	521
10.2. Espécies de substituição testamentária previstas no direito brasileiro.....	522
10.3. A substituição vulgar ou ordinária .....	522

10.4. A substituição recíproca.....	524
10.5. A substituição fideicomissária.....	525
11. Invalidez, caducidade, revogação e rompimento do testamento.....	529
11.1. Noções gerais sobre a extinção do testamento.....	529
11.2. Extinção do testamento por invalidade.....	530
11.3. Caducidade do testamento.....	535
11.4. Revogação do testamento.....	536
11.5. Rompimento do testamento.....	539
<b>Capítulo V ► Inventários e partilhas: aspectos materiais e processuais.....</b>	<b>543</b>
1. Noções gerais sobre o inventário.....	544
2. O procedimento de inventário.....	546
2.1. O procedimento contencioso de inventário.....	546
2.2. O inventário negativo.....	547
2.3. Os diferentes procedimentos de inventário (as técnicas procedimentais sucessórias).....	550
2.4. O procedimento tradicional de inventário.....	551
2.5. O arrolamento sumário.....	552
2.6. O arrolamento comum (ou arrolamento sumaríssimo).....	555
2.7. O inventário extrajudicial (inventário em cartório).....	558
2.8. O alvará judicial.....	566
2.9. A partilha por ato entre vivos (a partilha em vida).....	569
3. Competência.....	572
4. Prazo de abertura.....	577
5. Legitimidade para a abertura do inventário.....	578
6. Valor da causa e custas processuais.....	582
7. O juízo universal do inventário e as questões que dispõem de prova documental.....	583
8. O inventariante.....	586
8.1. Noções gerais.....	586
8.2. A nomeação do inventariante.....	589
8.3. A inventariança e a representação do espólio.....	592
8.4. As atribuições.....	594
8.5. A remoção e a destituição do inventariante.....	597
9. O procedimento (comum) de inventário.....	600
9.1. Generalidades e a possibilidade de designação de audiência em nome da diretriz da consensualidade.....	600
9.2. Petição inicial.....	601
9.3. As primeiras declarações e as cientificações (citações e intimações).....	602
9.4. Intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica ( <i>custos juris</i> ).....	604
9.5. Impugnações.....	606
9.6. Avaliações e a possibilidade de produção antecipada de prova, prova emprestada e aplicação da teoria da carga dinâmica probatória.....	607
9.7. As últimas declarações e o recolhimento tributário.....	611
9.8. Pagamento das dívidas do falecido e a (im)possibilidade de cobrança de indenização por uso exclusivo de bem comum do espólio por um dos coerdeiros.....	615
9.9. Usucapião entre coerdeiros? E a gestão de negócios?.....	620

9.10. Sonegados .....	622
9.11. Colação e redução das doações inoficiosas .....	626
9.11.1. Generalidades .....	626
9.11.2. Alcance subjetivo da colação (quem está obrigado a colacionar?) .....	629
9.11.3. Cálculo do valor do bem a ser colacionado .....	631
9.11.4. Dispensa da colação (doação no limite da cota disponível ao titular) .....	635
9.11.5. A doação remuneratória de ascendente para descendente: critério finalístico....	637
9.12. A partilha .....	639
9.12.1. Noções conceituais .....	639
9.12.2. Espécies de partilha .....	641
9.12.3. A anulação e a rescisão da decisão de partilha .....	644
9.12.4. O cabimento da emenda da partilha .....	648
9.12.5. A sobrepilha sucessória (prospectiva e retrospectiva) .....	650
9.12.6. A eventual necessidade de garantia dos quinhões hereditários.....	654
<b>Bibliografia .....</b>	<b>657</b>